



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
6 de agosto
de 2020

O ESTADO

61 ANOS

Maranhão

www.oestadoma.com

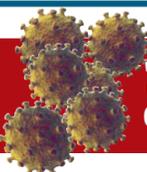
FUNDADORES: BANDEIRA TRIBUZI E JOSÉ SARNEY

DIRETOR DE REDAÇÃO: CLÓVIS CABALAU

São Luís, 6 de agosto de 2020 - Quinta-feira. Nº 20.920

Capital e Interior R\$ 2,00

Outros estados R\$ 4,00



125.459 CASOS

confirmados do novo coronavírus no Maranhão, segundo a SES

114.743 PACIENTES

recuperados do novo coronavírus no estado, de acordo com boletim

275.840 TESTES

realizados em todo o estado para confirmar ou não casos da Covid-19

33% das mulheres perderam emprego na pandemia no MA

Em relação às outras 26 unidades da federação, o Maranhão teve menor impacto na retração do mercado de trabalho para pessoas do sexo feminino, ocupando a 21ª posição do ranking. GERAL 8



Paulo Soares

Agências bancárias são multadas

Mais de R\$ 3 milhões em multas já foram aplicados a 21 agências bancárias no Maranhão durante a pandemia, por aglomerações, longa espera de clientes na fila e descumprimento de medidas sanitárias, como distanciamento social e uso de equipamentos de proteção individual pelos funcionários. CIDADES 5

Assembleia

Aprovado PL que muda sistemática de cobrança do ICMS

Na prática, Executivo é autorizado a evitar o chamado "diferimento", ou adiamento na cobrança do tributo, medida que deve elevar a arrecadação estadual. POLÍTICA 3

Alternativo

Divulgação



Relançado

"A Mensageira das Violetas", em versão digital. PÁGINA 2

Tráfico de drogas

Líderes de 'boca de fumo' retirados de circulação na capital

Ação policial realizada em bairros resultou na apreensão de maconha, crack, cocaína, dinheiro e armas, entre as quais uma pertencente ao sistema penitenciário. POLÍCIA 7

Esportes

Sampaio

terá maratona de jogos na Série B do Brasileiro. PÁGINA 9

Agosto Dourado

Campanha estimula aleitamento materno em São Luís

CIDADES 6

Explosão em Beirute

Ag. Brasil



Equipes continuavam a busca por sobreviventes em meio a destroços da explosão que ocorreu na área portuária de Beirute, no Líbano; governo local estima prejuízo da ordem de US\$15 bilhões. O MUNDO 7

ESTADO MAIOR PC do B até comemorou, mas quem levou o apoio do PTB à prefeitura foi Neto Evangelista (DEM). POLÍTICA 3

TEMPO/MA 23°C MIN 34°C MAX Sol com algumas nuvens. Não chove.

TÁBUA DE MARÉS MARE BAIXA 02h40 0.9m 14h59 0.7m MARE ALTA 08h53 5.7m 21h10 5.4m

COTACÕES +0,18% DÓLAR MOEDA COTADA EM R\$ 5,29 +0,59% EURO MOEDA COTADA EM R\$ 6,28

LOTERIAS



Confira o resultado das loterias em oestadoma.com/489531

PF investiga fraude na compra de EPIs em municípios do Maranhão

Durante a investigação, foram verificados indícios de superfaturamento de EPIs e de simulação na compra de respiradores pulmonares, que apesar do pagamento antecipado pelas prefeituras, nunca foram entregues

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Polícia Federal, por meio da Delegacia de Repressão à Corrupção e Crimes Financeiros (Delecor), com o apoio da Controladoria Geral da União (CGU), deflagrou na manhã de quarta-feira, a Operação "Falsa Esperança", com a finalidade de desarticular associação criminosa voltada à fraude em licitações e desvio de recursos públicos federais, que seriam usados no enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19), nos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte.

Durante a investigação, foram verificados indícios de superfaturamento de equipamentos de proteção individuais (EPIs) e de simulação na compra de respiradores pulmonares, que apesar do pagamento antecipado pelas prefeituras, nunca foram efetivamente entregues.

Segundo a PF, todas as aquisições foram realizadas com uma única empresa, sediada na cidade de Paço do Lumiar, que nunca havia atuado no ramo médico hospitalar. "A investigação revelou que a empresa não tinha nenhum empregado e atuava com a comercialização de acessórios para instalação de aparelhos de ar-condicionado e de energia solar. A empresa tinha um total de 69 atividades secundárias, que variavam desde a confecção de vestuário, segurança privada e até produção musical", disse a Polícia Federal em nota.

Respiradores não foram entregues

Prefeituras contrataram com mesma empresa

Cerca de 50 policiais federais cumpriram quatro Mandados de Prisão Temporária, e 13 Mandados de Busca e Apreensão, além do sequestro de bens e bloqueio de contas dos investigados, tendo as ordens judiciais sido determinadas pela 1ª Vara Federal de São Luís.

Se confirmadas as suspeitas, os investigados responderão pelos crimes de peculato (Art. 312, caput, do CPB), falsidade ideológica (Art. 299, do CPB), fraude em processo licitatório (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), superfaturamento na venda de bens (Art. 96, I da Lei nº 8.666/93) e associação criminosa (Art. 288 do CPB).

As ordens judiciais foram cumpridas em seis cidades do Maranhão (São Luís, São José do Ribamar, Paço do Lumiar, Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte).

Consórcio

A compra de respiradores também provocou problemas para o Governo do Maranhão. Nesta semana, venceu prazo aberto pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) para que o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, manifeste-se a respeito das malfadadas compras de respiradores para a rede estadual de Saúde via Consórcio Nordeste.

De acordo com o órgão, o pedido de informações decorre de ocorrências detectadas num Relatório de Acompanhamento. O TCE solicita ao secretário de Saúde

informações detalhadas sobre todas as fases do processo de compra dos respiradores para fins de averiguação.

Segundo dados do próprio Executivo, foram efetuadas duas compras por meio do Consórcio Nordeste. Em nenhuma delas, os respiradores foram entregues.

Na primeira, o Estado pagou R\$ 4,9 milhões por 30 respiradores que

nunca chegaram. É parte desse dinheiro que a Biogeoenergy quer devolver – após haver sido subcontratada pela HempCare Pharma para fornecer os equipamentos.

Na segunda compra, o governo pagou R\$ 4,3 milhões, também não recebeu os respiradores – seriam 40 -, mas diz que foi ressarcido dos valores pelo consórcio.

Apesar dos calotes, o governa-

dor Flávio Dino (PCdoB) garante que não houve irregularidades nos procedimentos.

No início do mês, a Biogeoenergy protocolou petição no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para negociar a devolução dos valores repassados pela HempCare Pharma para a aquisição de 380 ventiladores pulmonares para o combate à Covid-19. ●



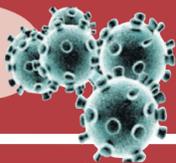
EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS

(Somente On-line) - Data: 27 de agosto de 2020, às 11:00 horas
Acesse o site e cadastre-se: www.leilaovip.com.br



CONDIÇÕES DE VENDA A MARANHÃO PARCERIAS - MAPA, sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada à Secretaria de Estado de Governo – SEGOV, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.281.794/0001-95, neste ato representada por seu Diretor-Presidente ANTONIO DE JESUS LEITÃO NUNES, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 409.486.253-68 e OAB/MA sob o nº 4311, doravante referido como "Unidade Vendedora", torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberta nesta unidade, situada a Rua da Estrela, 473, Centro, São Luís/ Capital, licitação na modalidade LEILÃO, sob a responsabilidade do Leiloeiro Oficial Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, portador da cédula de identidade RG. nº 20170572002-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 427.791.033-53, matriculado na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA sob o nº 12/96, conforme contrato de prestação de serviços nº 01/2020 – MAPA, encartado às fls. 428, dos autos do Processo Administrativo nº 211923/2019/MAPA. O leilão será realizado na modalidade on-line com a presença do Leiloeiro. Para participação on-line por meio de acesso identificado, deverá ser feito previamente pelos interessados o cadastramento no site www.leilaovip.com.br. Os bens serão vendidos um a um, a quem maior lance oferecer, por valor igual ou superior ao lance mínimo estipulado para cada imóvel, reservando-se a comitente Vendedora, o direito de liberar ou não o bem pelo maior preço alcançado, bem como retirar, desmatar ou reunir os imóveis em lotes de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. Ao ofertar o lance, o participante estará ratificando seu prévio conhecimento e plena concordância quanto a todos os termos do edital e condições de venda disponibilizadas pelo leiloeiro, notadamente quanto às condições e restrições específicas de cada imóvel. Eventuais alterações nas descrições dos imóveis, ou suas respectivas condições de venda, ocorridas até a data de realização do leilão, serão, a critério da Comitente Vendedora, noticiadas por meio do site www.leilaovip.com.br, cabendo ao interessado acompanhar e se identificar das referidas alterações. **Da participação no leilão** O interessado, sendo pessoa física, deverá fornecer ao leiloeiro cópia de seus documentos de identificação (CPF, RG e Certidão de Nascimento e/ou Casamento) e se pessoa jurídica, cópia do contrato social ou ata de eleição de diretoria, estatuto social e cartão do CNPJ. Fica esclarecido que menores de 18 anos somente poderão adquirir algum bem se emancipados, representados ou assistidos pelo responsável legal. Estrangeiros somente poderão adquirir imóveis urbanos, cumpridos os requisitos previstos nas instruções normativas e resoluções da Receita Federal e no caso de imóveis rurais nos termos da Lei 5.709/1971 e suas alterações. **Da participação somente via Internet** Serão aceitos lances via internet, com participação on-line dos interessados, por meio de acesso identificado e fornecido sob exclusiva responsabilidade do leiloeiro, através de seu site, estando os interessados sujeitos integralmente às Condições de Venda e de Pagamento dispostas neste edital de leilão. O interessado ao efetuar o cadastramento deverá ter capacidade, autoridade e legitimidade para assumir todas as responsabilidades e obrigações constantes nas Condições de Venda e de Pagamento dispostas neste edital de leilão. Para participação do leilão somente on-line, deverão os interessados efetuar cadastro prévio no site do leiloeiro, enviar a documentação necessária bem como anuir às regras de participação dispostas no site do leiloeiro para obtenção de "login" e "senha", o qual validará e homologará os lances em conformidade com as disposições do edital. A concretização da arrematação, mediante formalização do recibo de arrematação e Instrumento de Compra e Venda ou Escritura Pública, somente será realizada em nome da pessoa que efetuou o cadastro prévio no site do leiloeiro, não sendo permitido a formalização de recibos ou transferência da propriedade em nome de terceiros. Os lances oferecidos somente on-line não garantem direitos ao proponente/arrematante em caso de recusa do leiloeiro ou por qualquer outra ocorrência, tais como, queda ou falhas no sistema, conexão de internet, linha telefônica ou outras ocorrências, sejam quais forem os motivos, posto que são apenas facilitadores de oferta aos interessados, com os riscos naturais às falhas ou impossibilidades técnicas, imprevisíveis e intempéries, que são assumidos com exclusividade pelo interessado quando da sua participação, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

Dos impedimentos para aquisição É vedada a alienação com opção para pagamento a prazo, em qualquer modalidade, para compradores com restrições cadastrais ou em mora perante a Vendedora ou outras Instituições, ainda, se figurar no cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, tais como, Serasa, SPC, etc. Constatando-se qualquer uma das situações durante a realização do evento, o imóvel será reconduzido à prelo, a critério exclusivo da Vendedora. Caso a constatação ocorra após o encerramento do evento, a venda poderá ser considerada sem efeito a critério da Vendedora. Em qualquer situação não há obrigação da Vendedora informar ao arrematante as restrições existentes, pois fica a seu critério a conclusão ou não da venda. **Da impugnação ao edital Prazo** - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, devendo protocolar a petição no endereço indicado no preâmbulo, em até cinco dias úteis antes da data fixada para a sessão pública. As impugnações não suspendem os prazos previstos no Edital. **Decisão** - As impugnações serão decididas pela Comissão Julgadora da Licitação em até três dias úteis, contados do protocolo. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso. As respostas serão juntadas ao processo administrativo e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado. **Aceitação tácita** - A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos. **Das visitas prévias aos imóveis** As fotos dos imóveis divulgadas são meramente ilustrativas, competindo, portanto, aos interessados, procederem visita prévia à realização do leilão, inclusive para a identificação do imóvel no local com a foto divulgada. **Da venda em caráter Ad Corpus e conforme o estado físico dos imóveis** Os imóveis serão vendidos em caráter "AD CORPUS" no estado de ocupação e na situação jurídica em que se encontram, sendo que as áreas mencionadas nos editais, folhetos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o arrematante adquire o imóvel como se apresenta a um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos dos imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses. **Da venda conforme o estado fiscal e documental dos imóveis e da responsabilidade por regularizações necessárias** Os imóveis serão vendidos na situação em que se encontram registrados no cartório de registro de imóveis onde estão matriculados e nas condições fiscais em que se apresentarem perante os órgãos públicos, obrigando-se o Comprador, de maneira irrevogável e irretroativa, a promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo inclusive, quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas, inclusive previdenciárias, que tenham por objeto a regularização dos imóveis junto a cartórios e demais órgãos competentes, o que ocorrerá sob suas exclusivas despesas. De igual modo, a Vendedora não responde por débitos não apurados junto ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários. **Da identificação prévia acerca de exigências e restrições de uso dos imóveis** O Comprador deverá se identificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfiteuticária, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio ou imposições dos loteamentos, quando for o caso desmembramento dos imóveis quando estiverem em área maior, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do imóvel, não ficando a Vendedora, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. A Vendedora não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental. **Dos imóveis com enfiteuse** O comprador deverá apurar a situação enfiteuticária e sendo foreiro, providenciar por conta própria, perante o Senhorio, a transferência de titularidade, ainda que cadastrado em nome de terceiros, no prazo de até 90 dias da aquisição. **Dos pagamentos, condição resolutive e da comissão do leiloeiro** O comprador deverá pagar em até 2 dias úteis, após a arrematação, a importância equivalente ao sinal ou, quando for o caso, a totalidade do valor do arremate a Vendedora, mais comissão de 5% (cinco por cento) ao leiloeiro (em pagamentos separados). O pagamento relativo ao sinal (vendas parceladas) ou ao valor integral (vendas à vista), fica subordinado a Condição Resolutiva, o que implicará na resolução de pleno direito do negócio jurídico, independentemente de notificação, não gerando qualquer efeito para as partes ou terceiros, sem prejuízo da apuração de perdas e danos pela Vendedora, ficando o imóvel livre para ser alienado, de imediato. A Vendedora fixará o local para pagamento do saldo ou da 1ª (primeira) parcela do preço e/ou assinatura dos documentos necessários à formalização da venda. **Dos pagamentos à prazo** As vendas efetuadas mediante pagamento parcelado estarão sujeitas à análise de crédito pela Vendedora. O vencimento da 1ª (primeira) parcela será em 30 (trinta) dias após a data do leilão, e as demais parcelas em igual dia dos meses subsequentes, independentemente da transmissão de posse e assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia ("Instrumento"). Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela do preço, inclusive antes do registro do Instrumento na matrícula do imóvel, sobrevirá o acréscimo imediato de juros de mora à razão de 12% a.a. (doze por cento ao ano), correção monetária pelo IGP-M e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida além das medidas de execução do contrato nos termos da Lei 9.514/97. Na ausência da assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia ("Instrumento") por inércia do Comprador. O não pagamento de quaisquer das parcelas do saldo, em seus exatos vencimentos, facultará à Vendedora notificar o Comprador, judicial ou extrajudicialmente, com prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento da parcela vencida, com os acréscimos acima. Vencido tal prazo, sem a purgação da mora, poderá a Vendedora, a seu critério exclusivo, optar pelo vencimento antecipado de todo o saldo, com os acréscimos acima mencionados, ou considerar o negócio rescindido de pleno direito, retendo 50% (cinquenta por cento) de todas as quantias já pagas pelo Comprador, a título compensatório, ficando o imóvel liberado para ser comercializado novamente pela Vendedora. Não constituirão motivo para desfazimento do negócio pelo Comprador, ou modificação dos vencimentos das parcelas do saldo do preço de aquisição, o eventual atraso na formalização do Instrumento de venda, especialmente quando celebrado fora da Sede da Matriz da Vendedora. **Da impossibilidade de arrendamento pelo arrematante** Os lances declarados vencedores não comportam arrendamento unilateral, portanto, após notificado o(a) Comprador(a) para a formalização da escritura pública ou Instrumento, conforme o caso, não sendo estes devidamente formalizados por iniciativa do arrematante, perderá este em proveito da Vendedora, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante dos valores pagos, incluindo as arras, independentemente de qual tenha sido o motivo alegado para o rompimento do negócio, verba essa que tem a finalidade de ressarcir a Vendedora dos prejuízos pelo direitos relativos ao imóvel, pelo simples fato de terem permanecido à disposição do arrematante no período de vigência do liame jurídico, perdendo ainda, todos os direitos relacionados à compra efetuada, ficando o imóvel liberado a Vendedora, de imediato, para nova venda. **Da Escritura Pública ou Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia** nas vendas à vista, será formalizada a escritura pública de venda e compra, e nas vendas a prazo, será celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia, que deverá ser registrado na matrícula do imóvel pelo Comprador, e este deverá apresentar a Vendedora, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do Instrumento, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos, exceto os imóveis com ressalvas apontadas em suas descrições, que estejam em procedimento de atualização de atos societários da Vendedora no Registro Imobiliário, com eventual necessidade de renovação das certidões do INSS e da Receita Federal / Procuradoria, bem como, que dependam de outras regularizações documentais a serem efetuadas. As escrituras serão lavradas perante o Tabelionato indicado pela Vendedora. Vencida a documentação disponibilizada para outorga da Escritura Pública, por culpa do Comprador, ficará sob sua responsabilidade, a obtenção de novos documentos, hipótese em que a Vendedora não poderá ser responsabilizada no caso de atraso. Lavrada a escritura, deverá o Comprador apresentar a Vendedora, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da lavratura, a comprovação do registro perante o Ofício Imobiliário competente, com a apresentação da certidão atualizada da matrícula do imóvel, bem como da alteração cadastral perante órgãos públicos e condomínios quanto à responsabilidade por tributos e encargos. O Comprador deverá fornecer os documentos e tomar todas as providências necessárias quanto ao pagamento dos tributos e outras despesas perante o Cartório indicado a fim de que seja efetuada a transferência da propriedade no prazo de até 60 (sessenta) dias para as vendas à vista, mediante assinatura da escritura pública de venda, e no prazo de 30 (trinta) dias para as vendas à prazo, mediante a assinatura do Instrumento Particular de Venda e Compra com Pacto de Alienação Fiduciária, exceto para os casos dos impedimentos acima descritos, ocasião em que será assinado o Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra conforme cláusula abaixo, sob pena de ser cobrado do Comprador multa diária de 1% tomando por base o valor do imóvel. Havendo inadimplência do(a) Comprador(a) após a apresentação por este a Vendedora de comprovação do Instrumento devidamente registrado na matrícula do imóvel, serão adotadas todas as condições estabelecidas na Lei 9.514/97, conforme disposto no Instrumento. **Da assinatura de Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra** Na hipótese de ocorrer qualquer pendência documental que obste a imediata lavratura da escritura pública definitiva, nos casos de pagamento a vista, ou do Instrumento, no caso de pagamento parcelado, ficará facultado a Vendedora celebrar Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra, quitado ou parcelado, conforme o caso. O Comprador ficará obrigado a receber a escritura pública definitiva ou Instrumento tão logo concluídas todas as regularizações e providências necessárias. **Das despesas com a transferência dos imóveis** Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência dos imóveis, tais como, imposto de transmissão, taxas, emissão de alvarás, certidões, certidões pessoais, certidões em nome da Vendedora, outorga de escrituras públicas, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfiteuticárias não declaradas ao tempo da alienação. **Da cláusula constitutiva e da transferência da posse dos imóveis desocupados** Nas vendas à vista, a posse do bem será transferida ao arrematante em até 72 (setenta e duas) horas após comprovada a compensação bancária do valor integral do lance, enquanto nas vendas parceladas, a posse dos imóveis será transmitida após o prazo de 10 (dez) dias a contar da data de apresentação a Vendedora da certidão atualizada da matrícula do imóvel, constando o registro da Alienação Fiduciária em Garantia. Confirmadas as compensações bancárias, no caso de pagamento à vista, operar-se-á automaticamente a transmissão da posse, diretos, obrigações e ações incidentes sobre o imóvel, por força da cláusula constitutiva ora estabelecida, cabendo ao arrematante providenciar seu ingresso no imóvel, podendo, a seu critério e após os prazos acima, retirar as chaves do imóvel perante o responsável a ser indicado pela Vendedora - MAPA. **Das medidas e encargos necessários à desocupação dos imóveis ocupados** Quanto aos imóveis ocupados, ocorrida a compensação do valor integral relativo ao lance (vendas à vista), ou do sinal (vendas a prazo), serão transferidos ao Comprador os direitos, obrigações e ações incidentes sobre o bem, por força desta cláusula. Todas as providências e despesas necessárias à desocupação dos imóveis, ocupados a qualquer título, correrão por conta exclusiva do Comprador. Eventualmente, a Vendedora poderá ter ajuizado ação de imissão de posse dos imóveis alienados na condição de ocupados, respondendo tão somente pelos honorários advocatícios contratuais, já despendidos para distribuição da referida ação, não respondendo, todavia, pelos seus resultados, transferindo-se ao Comprador, as vantagens, despesas/custas judiciais e ônus decorrentes da respectiva demanda judicial, ou outros atos suplementares eventualmente necessários à retomada do bem, devendo o Comprador, constituir advogado, a fim de adotar as medidas objetivando a substituição processual, se possível, ou a intervenção na condição de assistente, não podendo o Comprador efetuar qualquer tipo de reclamação da Vendedora caso não tome as providências necessárias para a composição da lide. **Da responsabilidade fiscal e de encargos incidentes sobre os imóveis** Todos os débitos pendentes relativos a tributos, despesas condominiais e outros encargos, que incidem sobre os imóveis serão de responsabilidade da Vendedora até a data da leilão, exceto os imóveis apontados de forma diversa em sua descrição, cuja responsabilidade será exclusiva do Comprador, independentemente da data dos fatos geradores dos respectivos débitos, devendo ser quitados junto aos respectivos credores até a data de outorga da Escritura Pública de Compra e Venda, conforme o caso, sem direito a qualquer ressarcimento. **Da hipótese de evicção** A Vendedora não responde pela evicção, sendo que os imóveis serão vendidos na situação jurídica em que se encontram, ficando as providências judiciais e/ou extrajudiciais que se façam necessárias para a imissão do arrematante na posse, bem como quaisquer regularizações, especialmente registros e levantamento de eventuais ônus que recaiam sobre o imóvel, sob a responsabilidade exclusiva do arrematante. **Das condições específicas para imóveis rurais** Além das condições de venda já estabelecidas, competirá exclusivamente ao Comprador, às suas expensas e sem direito a qualquer indenização ou apresentar questionamento de qualquer natureza no futuro: 1) Adotar as medidas possessórias necessárias em face de eventuais ocupações declaradas ou clandestinas, incluindo direitos trabalhistas, se houver; 2) Providenciar georreferenciamento, além das respectivas aprovações perante o INCRA e demais órgãos pertinentes; 3) Apurar eventual necessidade de promover a demarcação dos imóveis, adotando as medidas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser necessárias, incluindo ajustes em geral com os confrontantes e retificação dos registros, se for exigido; 4) Retificar, se necessário, as declarações de exercícios anteriores e cadastros dos imóveis perante a Receita Federal, INCRA e demais órgãos, respondendo por eventuais diferenças ou débitos de ITR ou outros tributos, taxas e encargos que sejam apurados, independentemente da data de seus fatos geradores; 5) Elaborar e entregar as declarações de ITR, de exercícios vigentes e anteriores, perante a Receita Federal e pagar o Imposto Territorial Rural respectivo; 6) Regularizar/averbar as eventuais edificações perante os Registros de Imóveis e demais órgãos, bem como servidões de qualquer natureza, inclusive de passagem; 7) Averbar reserva legal de área, elaborando, também, caso necessário, Ato Declaratório Ambiental (ADA) perante o IBAMA; 8) Cientificar-se previamente das exigências e restrições de uso impostas pela Legislação e órgãos públicos (municipal, estadual ou federal), aplicáveis aos imóveis, no tocante a restrição de uso, reserva legal, preservação ambiental, saneamento, às quais estará obrigado a respeitar por força da aquisição do imóvel. A Vendedora não responde por eventuais danos ambientais, desmatamentos não autorizados pelos órgãos reguladores ou, ainda, por contaminação do solo ou subsolo, ocorridos em qualquer tempo. Satisfeitas todas as medidas necessárias pelo Comprador, será lavrada a escritura pública, sendo que na opção de pagamento parcelado, será o Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia. **Da não configuração de novação ou renúncia de direitos** A omissão ou tolerância da Vendedora, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições do edital e ou instrumento utilizado para formalizar a venda, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo. **Do enquadramento perante o COAF** A Vendedora declara que cumpre toda e qualquer legislação vinculada à prevenção e combate ao crime de "lavagem de dinheiro", inclusive aos atos normativos editados pelo COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras - conforme Lei nº 9.613 de 03 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.799 de 08 de outubro de 1998. **Do foro de eleição** Fica eleito o Foro da Comarca de cada imóvel, para neles sejam dirimidas quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente edital. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 1** - À vista: 1.1 - O arrematante pagará a Vendedora a totalidade do valor do imóvel arrematado, no ato da assinatura do Instrumento Particular de Venda e Compra, que se dará em até 05 (cinco) dias úteis do arremate. 1.2 - Sobre o valor do arremate, incorrerá a comissão de 5% ao Leiloeiro a ser paga pelo arrematante em até 2 (dois) dias úteis após o leilão, mediante assinatura da Ata/Recibo de arrematação. 2 - Parcelado 2.1 - O arrematante pagará a Vendedora o título de sinal mínimo de 25% sobre o valor do arremate, mais comissão de 5% ao Leiloeiro, a ser paga pelo arrematante em até 2 (dois) dias úteis após o leilão, mediante assinatura da Ata/Recibo de arrematação, e o saldo restante em até 12 parcelas mensais, iguais, consecutivas e sem acréscimos, mediante assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia; 2.2 - O arrematante pagará a Vendedora o título de sinal mínimo de 30% sobre o valor do arremate, mais comissão de 5% ao Leiloeiro, a ser paga pelo arrematante em até 2 (dois) dias úteis após o leilão, mediante assinatura da Ata/Recibo de arrematação, e o saldo restante a ser acrescido mensalmente da taxa de juros efetiva de 12% a.a., calculada pelo Sistema de Amortização - Tabela Price e correção mensal pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, se positivo, a ser pago em 24, 36 ou 48 parcelas mensais, mediante assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Bem Imóvel com Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária em Garantia. **DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS: lote 01 - Paço do Lumiar-MA. Conjunto Habitacional Maioba.** Rua 79, s/nº (lt. 07 da qd. A), local denominado Área Cohab 02. Terreno com 1.981,25m², contendo uma edificação com 848,40m². Matr.: 21.898 1º RI local (em área maior). Obs.: Construção e desmembramento de área não averbados no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador, bem como, sua regularização documental. Desocupado. Lance Mínimo: R\$ 398.500,00; **Lote 02 - São Luis-MA. Cidade Operária.** Área 03 - A, situada entre as Ruas 203 e 203 NO e Avenida Arterial Oeste Interna. Área de terreno com 20.204,00m², sendo considerada como área ocupada 2.928,00m² e área livre 17.276,00m². Matr.: 2622 do 2º RI local. Obs.: Construções não averbadas no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, bem como a desocupação total do imóvel, correrão por conta do comprador. Ocupado. Lance Mínimo: R\$ 4.141.820,00; **Lote 03 - São Luis-MA. Conjunto Bequimão.** Avenida 01, lote 54 da Quadra C, área denominada como COHAB 03. Terreno foreiro ao Município com área de 1.140,00m². Matr.: 1262 do RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da individualização documental, correrão por conta do comprador. Ocupado. Lance Mínimo: R\$ 456.000,00; **Lote 04 - Imperatriz-MA. Vila Vitória.** BR-010, s/nº lote 02. Terreno com área de 8.406,96m² sem benfeitorias, denominado Área EMARHP A4. Matrícula 6011 do 6º RI (em área maior) local. Desocupado. Lance Mínimo: R\$ 4.203.480,00; **Lote 05 - Imperatriz-MA. Conjunto Nova Vitória.** Rua Coleteira 01, lote 07. Terreno com área 2.389,20m², sem benfeitorias, denominada Área EMARHP A8 - Coleteira 01. Matr.: R-5614,450 do 7º RI local. Regularização e encargos perante os órgãos competentes, de eventual necessidade da individualização documental, correrão por conta do comprador. Desocupado. Lance Mínimo: R\$ 430.056,00. São Luis/MA, 05 de agosto de 2020. Leiloeiro Oficial: Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho. JUCEMA: 12/96.



Bancos já foram multados em mais de R\$ 3 milhões por irregularidades

Procon-MA, Vigilância Sanitária, Bombeiros Militares e a PM fiscalizam pontos comerciais e agências bancárias para verificarem cumprimento de medidas sanitárias para evitar o novo coronavírus

Um total de R\$ 3.407.526,67 é a soma das multas aplicadas a 21 agências bancárias em todo o Maranhão, após constatação das falhas na prestação de serviços, desde o início da pandemia da Covid-19, segundo o Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Estado do Maranhão (Procon-MA). Desde março, o Procon-MA em parceria com a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros Militares e a Polícia Militar realizam ações em pontos comerciais e instituições financeiras para verificar o cumprimento dos protocolos de segurança sanitária determinados pelo Governo.

O Procon informou, por meio de nota, que a fiscalização nas agências bancárias é feita de forma semanal e em todo o estado. No decorrer desse trabalho são observados vários pontos. Entre eles, estão o distanciamento de segurança entre as pessoas, uso de equipamentos de proteção individual pelos funcionários, higienização frequente das superfícies e disponibilização, aos consumidores, de álcool em gel e/ou água e sabão, conforme previsto pelo Decreto Estadual nº 35.731, de 11 de abril de 2020.

Além das medidas preventivas, previstas para o funcionamento das agências bancárias, o órgão estadual de fiscalização verifica o cumprimento de outras obrigações, como o devido abastecimento dos caixas eletrônicos e o tempo de espera para o atendimento, conforme legislação vigente. Ainda segundo o Procon-MA, as constantes fiscalizações resultaram na soma de R\$ 3.407.526,67 em multas, aplicadas a 21 agências bancárias no estado, após a constatação das falhas na prestação de serviços.

Lei das filas

Em relação ao tempo de espera em filas de bancos, de acordo com o Procon-MA, durante a vigência da declaração de estado de pandemia é válida a Lei Estadual nº 11.267/2020, que altera a Lei Estadual nº 7.806/2002, e estabelece o tempo máximo de espera para o atendimento em caixa de até 20 minutos e de 1h para os demais atendimentos.

O Procon reitera que o consumidor, ao observar falhas na pres-



Paulo Soares

MESMO com coordenação de bombeiros civis, filas persistem na frente de agências

21
AGÊNCIAS bancárias no estado já foram multadas, após constatação das falhas na prestação de serviços desde o início da pandemia da Covid-19

R\$ 3.407.526,67
EM MULTAS aplicadas em agências bancárias que apresentaram falhas na prestação de serviços desde o início da pandemia da Covid-19, conforme fiscalização

tação de serviços ou outro tipo de irregularidade, deve formalizar a reclamação pelo App PROCON MA, disponível para Android e IOS, ou no site www.procon.ma.gov.br.

Aglomeração

Desde a primeira quinzena do mês de abril deste ano, período do início do pagamento do auxílio emergencial pelo Governo Federal, há registro de aglomerações de pessoas na entrada das agências bancárias da Grande Ilha.

Ainda no período da manhã de ontem, a fila diante da Caixa Econômica Federal, da Praça Deo-

doro, no Centro, estava quilométrica, sendo controlada por bombeiros civis. A doméstica Ana Cruz Ferreira, de 34 anos, disse que chegou a agência por volta das 6h30 e a fila já estava grande.

O pedreiro Ricardo Sousa, de 41 anos, mora no Rio Grande e resolveu sacar o seu auxílio emergencial naquela agência porque foi solucionar algumas pendências na área do Centro. "Procurei esse banco, porque pretendo retirar o dinheiro do auxílio e pagar umas contas nas lojas do centro", comentou Ricardo Sousa.

O técnico de enfermagem Maycon Aires, de 38 anos, disse que tentou resolver uma pendência

por meio do telefone, mas não conseguiu e teve de comparecer a agência, na qual possui conta bancária. "Passei horas ao telefone, tentando falar com algum atendente do banco, então, aproveitei a minha folga no serviço para resolver o problema na agência, por isso estou sendo obrigado a enfrentar essa fila enorme", reclamou.

As agências bancárias localizadas na Rua Grande também apresentavam o mesmo cenário, filas enormes e aglomeração de pessoas. Crianças e idosos estavam sentados no meio da via ou em bancos. Também era possível observar pessoas com a sombrinhas abertas, para se proteger do sol.

"Sou hipertensa e sinto dores intensas nas pernas, então, não posso ficar muito tempo em pé e em local onde há muita gente, pois passo mal", reclamou Ana Célia Almeida, de 57 anos.

Também foram encontradas filas enormes diante de instituições bancárias dos bairros Cohab e João Paulo. Antônio Melo, de 45 anos, reside no João Paulo e chegou cedo à Caixa Econômica do bairro para não ficar por muito tempo na fila. "Cheguei cedo ao banco para receber o benefício do Governo Federal, tenho conhecimento que a fila é grande diariamente e ainda preciso que resolver outras situações no decorrer da manhã", explicou.

ATENÇÃO

O consumidor, observando falhas, pode fazer a denúncia pelo App PROCON MA, disponível para Android e IOS, ou no site www.procon.ma.gov.br.

Decisão judicial

Na primeira quinzena do mês de maio deste ano, o Poder Judiciário determinou que as agências bancárias do Maranhão devem garantir as medidas de distanciamento social nas filas das agências. A decisão acolheu um pedido do Ministério Público do Maranhão e visa evitar a proliferação da Covid-19 no estado.

De acordo com a decisão judicial, enquanto durar o período de pandemia do novo coronavírus, as instituições financeiras devem adotar a sinalização horizontal com faixas no chão, objetivando garantir o espaçamento mínimo de 1,5 metro em todos os locais de atendimento presencial à população. As agências bancárias também só podem permitir a entrada de pessoas usando máscaras e devem disponibilizar álcool em gel 70% ou água e sabão aos clientes.

Bombeiros

Dezenas de bombeiros civis, sob a coordenação do Corpo de Bombeiros Militares (CBM/MA), iniciaram no dia 4 de maio deste ano uma operação para organizar as filas nas agências da Caixa Econômica Federal da Grande Ilha e no interior do estado.

Esse trabalho tem como objetivo evitar as aglomerações nas agências que estão efetuando o pagamento do auxílio emergencial, pacote aprovado pelo Congresso Nacional para reduzir os impactos econômicos decorrentes da pandemia da Covid-19. A operação foi batizada de "Distância Segura".

O major Lisboa, do Corpo de Bombeiros Militares, informou que as equipes estão utilizando viaturas equipadas com megafones para conscientizar a população sobre a importância dessas medidas de segurança no combate à pandemia. "A intervenção nas filas dos bancos é para evitar aglomeração e evitar a proliferação dessa doença", disse Lisboa. ●

CENTRO PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS É INAUGURADO



Divulgação/Evandro Filho

ASSISTÊNCIA — A Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), em parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC) Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), inaugurou, na manhã desta quarta-feira (5), o Centro de Referência para Atendimento de Imigrantes e Refugiados em São Luís. Localizado na Rua Raimundo Corrêa, nº 46, no bairro Monte Castelo, o espaço tem o objetivo de tornar ainda mais eficiente a ajuda humanitária prestada aos imigrantes e refugiados que chegam à capital, bem como reforçar a política assistencial da gestão do prefeito Edivaldo Holanda Junior. Para respeitar as regras sanitárias, a entrega não contou com a presença de convidados externos.

Escolas particulares se preparam para nova etapa do retorno gradual

Após retorno às aulas presenciais de alunos do 3º ano, instituições privadas se preparam para receber estudantes de outras séries

A escola é vista como um espaço de contato, em que a aprendizagem é feita em conjunto, e é justamente por esse motivo que os estudantes estão ansiosos para voltar às aulas. Pensando nisso, algumas instituições particulares de ensino, que já estão liberadas para o início das aulas presenciais desde o dia 3, estão se preparando e orientando alunos, pais e responsáveis para o retorno de forma segura.

Geovana e Laura são irmãs e fazem a 2ª série do ensino médio e o 6º ano do ensino fundamental, respectivamente. Ambas passaram a pandemia em Ensino a Distância (EaD) e mal podem esperar para retornar à escola, contudo, a mãe das meninas sente receio no retorno às aulas. "Tenho muito medo. Acho que as aulas deveriam ocorrer por EaD até o fim do ano, para já sabermos melhor como o vírus age, mas elas querem muito ir, e como não possuem nenhuma comorbidade vou deixar, mas com todos os cuidados", contou Catarina Silva, pedagoga e mãe das meninas. A pedagoga ainda disse que para garantir todos os cuidados, suas filhas foram orientadas a sempre andar com mais de uma máscara, trocar de duas em duas horas, não compartilhar objetos com colegas e fazer o uso do álcool em gel.

Para a escola privada localizada no Renascimento essa orientação é essencial ser feita em conjunto com os pais e, por isso, a instituição organizou eventos online, lives e palestras virtuais com educadores, infectologistas e até mesmo costureiras que ensinam sobre a produção de máscaras, para manter pais e alunos informados. "É importante que também haja um apoio dos pais e responsáveis, para que a criança entenda que não pode ter contato e abraços. Sabemos que crianças ainda não tem tanta maturidade para entender o que está acontecendo e, por isso, é importante esse apoio", explicou Igor Melo, coordenador de ensino.

"É preciso, acima de tudo, nesse momento, pensarmos no coletivo e não apenas em interesses individuais. Os pais também precisam ajudar,



Alunos de escolas particulares estão voltando gradualmente à aula presencial; o 3º ano do ensino médio já voltou

MEDIDAS SANITÁRIAS PARA ESCOLAS

Para garantir a segurança dos alunos, as instituições privadas adotaram medidas que foram produzidas em parceria com médicos epidemiologistas e apoio dos pais. O Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Privado (Sinepe) orienta que todas as instituições que decidirem retornar às aulas presenciais, que siga os protocolos sanitários. Igor Melo destaca que os alunos não se adaptarem a essas medidas terão que permanecer no EaD. Algumas das medidas são:

- Limpeza e desinfecção de ambientes escolares;
- Áreas comuns das escolas foram fechadas temporariamente para evitar aglomerações;
- O recreio ocorre dentro das salas de aula e cada aluno precisa levar seu lanche e garrafa de água (Em algumas escolas a lanchonete leva o lanche para cada aluno evitando o uso de espaços comuns);
- O uso de máscaras é obrigatório e cada aluno deve levar mais de uma em um saco adequado para despejar, posteriormente, a máscara já utilizada;
- Apenas metade de cada turma pode assistir as aulas presenciais, enquanto a outra metade assiste ao vivo, simultaneamente de casa;
- Aulas de Educação Física, provas e simulados ocorrem apenas à distância e de forma online.
- Disponibilização de álcool em gel para alunos e em corredores e salas de aulas;
- Organização para a ida em banheiros.

conscientizando as crianças de que precisam usar a máscara o tempo todo na escola, mesmo que seja incômodo. Devem levar mais de uma máscara, pois pode cair no chão e precisar ser trocada. E muito importante, também, é não permitir que a criança vá à escola se estiver com algum sintoma de gripe, por mais leve que seja. E mais, se algum membro da família estiver com sintomas gripais, a criança, mesmo que saudável, também deve evitar ir à escola, naquele momento. Só assim, pensando no coletivo e agindo com a máxima responsabilidade e cuidado, poderemos juntos vencer esse momento e evitar contaminações em

massa", explicou a médica infectologista, Giselle Boumann.

Foco no 3º ano

Devido a proximidade do Enem 2020 e de outros vestibulares, os alunos do 3º ano se tornaram prioridades das escolas e estão sendo os primeiros a retornar às aulas presenciais. Matheus Soares tem 18 anos e está no 3º ano do ensino médio, ansioso para o retorno de suas aulas no dia 10 de agosto, para retomar a rotina de estudos, visando os vestibulares.

"Nas aulas presenciais eu posso ter mais embasamento do que estou aprendendo, já que estou em um contato direto com professor e

alunos. Meus estudos atrasaram um pouco devido a pandemia e ao EaD, pois o ensino a distância é péssimo para quem já está acostumado com a forma presencial", frisou o estudante.

A coordenadora do Ensino médio, Mirene de Oliveira, de escola privada localizada no bairro Renascimento, contou que com o foco no 3º ano, as aulas estão voltando ao normal e é possível que alunos que tenham rendimento melhor em turmas presenciais continuem estudando, e aqueles que apresentaram melhor rendimento em EaD podem continuar acompanhando as aulas ao vivo de casa. ●



Raíra Albuquerque amamenta o filho, Miguel, várias vezes ao dia

Amamentação saudável é alvo de campanha educativa

Sociedade de Pediatria do Maranhão preparou uma programação para o "Agosto Dourado"

O Ministério da Saúde, como faz todos os anos, lançou a campanha "Agosto Dourado", para estimular a amamentação saudável, dando início, em São Luís, a programação da Semana Mundial de Amamentação, que neste ano tem como tema "Apoie o aleitamento materno por um planeta saudável". Neste contexto, a Sociedade de Puericultura e Pediatria do Maranhão está participando da campanha, que visa informar a população e os profissionais de saúde sobre a importância do aleitamento materno, para um planeta saudável.

Entre as atividades, uma live que acontece hoje (6), às 20h, com transmissão pela plataforma makadu. Live com a participação das pediatras Rossiclei Pinheiro (membro do Departamento Científico de Aleitamento Materno da Sociedade Brasileira de Pediatria) e Tania Maria Bezerra Nascimento Ayres, além da enfermeira Liane Batista da Cruz Soares. O tema a ser discutido será "A importância do aleitamento materno para a saúde do mundo".

Segundo a presidente da Sociedade de Pediatria do Maranhão, médica Marynéa Vale, a porcentagem de mães que amamentam seus bebês até o sexto mês de forma exclusiva com leite materno e até os dois anos, de forma complementar, é de apenas 45% no Brasil. "Daí a necessidade de promovermos, anualmente, a campanha, no mês de agosto, porque simboliza a luta pelo incentivo à amamentação", frisou a pediatra.

Bancos

A campanha, conforme Marynéa Vale, envolve também as unidades hospitalares com Bancos de Leite, como o HU-UFMAe MACMA, com objetivo de incentivar a doação, de forma a assegurar leite materno pasteurizado aos recém-nascidos prematuros internados em Unidades Neonatais.

Estudos comprovam que a amamentação é capaz de salvar a vida de, pelo menos, 13% das crianças menores de cinco anos, em todo o mundo. A gerente de loja Raíra Albuquerque, que deu teve bebê no dia 21 de julho, contou que amamenta o filho, Miguel, várias vezes ao dia. "Todas as vezes que percebo que ele quer mamar, o alimento. Eu pretendo amamentá-lo até os seis meses exclusivamente com leite materno. No entanto, a partir do quarto mês, como vou voltar a trabalhar, vou colher o leite e deixar na mamadeira. A minha primeira filha, Isabela, mamou até um ano e meio. A outra, até os três meses, porque ela mesma não quis mais", disse Raíra Albuquerque.

Marynéa Vale explicou que o leite materno tem os nutrientes que o bebê precisa para crescer e se desenvolver bem, sendo de fácil digestão para o organismo. Além disso, ele protege contra infecções e ajuda a mãe e o bebê a desenvolverem uma relação muito mais próxima e afetiva. "A mãe que amamenta se sente mais segura sobre estar fazendo o bem para o bebê. Logo após o parto, quando ela dá de mamar, o hormônio que faz o leite fluir é o mesmo que ajuda na contração do útero. Logo, amamentar o bebê após o parto ajuda o útero a voltar para o seu tamanho normal mais rápido e diminuir o sangramento pós-parto", explicou.

Amamentar diminui o risco de câncer de mama, fortalece o vínculo entre mãe e filho e aumenta a imunidade, prevenindo contra doenças prevalentes na infância e mesmo na vida adulta. Ainda não se tem certeza, mas alguns indícios apontam que mulheres que amamentam têm menos riscos de ter diabetes e também de desenvolver câncer de mama. A intenção do evento é o apoio e fortalecimento do aleitamento materno, para garantia de desenvolvimento sustentável. ●

LEILÃO DE 27 IMÓVEIS
Online
Data do Leilão: 18/08/2020
a partir das 14h00

bradesco **ZUKERMAN**
LEILOEIRAS

IMÓVEIS NO AMAPÁ • BAHIA • GOIÁS • MARANHÃO • MATO GROSSO
MINAS GERAIS • PARÁ • PERNAMBUCO • PIAUÍ • PARANÁ • RIO DE JANEIRO
RIO GRANDE DO SUL • SANTA CATARINA • SÃO PAULO

À VISTA 10% DE DESCONTO • ÁREA RURAL • COMERCIAL • RESIDENCIAIS • TERRENOS

LOTE 05 - TERRENO C/ 49.373,52M²
BACABAL/MA - PARQUE MARTINIANO HILÁRIO
Rua Cuiabá, s/nº, Matr. 7.932 do 1º RI local.
Lance Mínimo R\$ 82.000,00 | Mínimo à vista: R\$ 73.800,00

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo nº 3.665.000 em 28/07/2020 e 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Ósias nº 222.355 em 28/07/2020. Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman - Jucesp 719.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
BANCO.BRADESCO/LEILOES | WWW.ZUKERMAN.COM.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020. A Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, torna público que no dia 21 de agosto de 2020, às 09h00 (nove) horas, realizará Licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, tendo por objeto: contratação de empresa para retomada da construção da escola no povoado Centro dos Primos, no município de Dom Pedro - MA. O Edital se encontra a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada na Praça Teixeira de Freitas, nº 72, Centro, Dom Pedro - MA, no horário das 8h às 12h, onde poderá ser consultado gratuitamente ou obtido mediante o recolhimento da importância de R\$ 30,00 (trinta reais). BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, alterações e demais normas atinentes à espécie. Publique-se. Dom Pedro/MA, 03 de agosto de 2020. José de Oliveira Sousa - Chefe de Gabinete

AVISO DE LICITAÇÃO

RDC ELETRÔNICO Nº 002/2020 - CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 179/2020. O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA torna público que fará realizar no dia 28/08/2020 às 08:00h licitação por RDC ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTA, pelo Regime de Contratação EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com fundamento legal no inciso IV e § 1º do Art. 1º, da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, visando a seleção e Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de Engenharia para construção de escola de 12 salas no povoado de Bacuri no município de Alto Alegre do Pindaré - MA, cuja caracterização, abrangência e especificações detalhadas encontram-se descritas no Edital e seus anexos. O RDC Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra ou ainda através do e-mail cpl.altoalegre@gmail.com (respeitado o horário citado para resposta); ou ainda obtida cópia física mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00, feito exclusivamente, através do DAM, emitido pela Coordenação de Tributos, Arrecadação e Fiscalização. Por fim, qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço físico ou eletrônico acima. Alto Alegre do Pindaré (MA), 29 de Julho de 2020. Francival Veloso Fernandes Presidente da CPL/PMAAP.

AVISO DE LICITAÇÃO

RDC ELETRÔNICO Nº 03/2020 - CPL/PMAAP. PROC. ADM. Nº. 222/2020. O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ - MA torna público que fará realizar no dia 28/08/2020 às 09:30h licitação por RDC ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTA, pelo Regime de Contratação EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com fundamento legal no inciso IV e § 1º do Art. 1º, da Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011, visando a seleção e Contratação de Empresa de Engenharia especializada para a execução dos serviços de modernização e expansão da rede de iluminação pública e distribuição de energia elétrica, dentro do perímetro urbano e rural do Município de Alto Alegre do Pindaré iniciando na Rodovia MA 119 e finalizando na Av. Carajás, com fornecimento total dos materiais, equipamentos e mão de obra especializada, cuja caracterização, abrangência e especificações detalhadas encontram-se descritas no Edital e seus anexos. O RDC Eletrônico será realizado em sessão pública, via Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra ou ainda através do e-mail cpl.altoalegre@gmail.com (respeitado o horário citado para resposta); ou ainda obtida cópia física mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00, feito exclusivamente, através do DAM, emitido pela Coordenação de Tributos, Arrecadação e Fiscalização. Por fim, qualquer modificação no Edital será divulgada na forma do artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93 e comunicada aos interessados que adquirirem o Edital na CPL. Pedidos de esclarecimentos deverão ser protocolados na CPL, no endereço físico ou eletrônico acima. Alto Alegre do Pindaré (MA), 29 de Julho de 2020. Francival Veloso Fernandes Presidente da CPL/PMAAP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO - MA
AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2020. A Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA, torna público que no dia 21 de agosto de 2020, às 15h00 (quinze) horas, realizará Licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo menor preço global, tendo por objeto: contratação de empresa para retomada da construção da escola na Rua do Sossego, no município de Dom Pedro - MA. O Edital se encontra a disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação - CPL, localizada na Praça Teixeira de Freitas, nº 72, Centro, Dom Pedro - MA, no horário das 8h às 12h, onde poderá ser consultado gratuitamente ou obtido mediante o recolhimento da importância de R\$ 30,00 (trinta reais). BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, alterações e demais normas atinentes à espécie. Publique-se. Dom Pedro/MA, 03 de agosto de 2020. José de Oliveira Sousa - Chefe de Gabinete

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA (MA) TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2020 A Prefeitura Municipal de João Lisboa - MA, pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento de todos que realizará licitação na MODALIDADE: Tomada de Preços. TIPO: Menor preço global. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção de sistema simplificado de abastecimento de água no povoado São Raimundo. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e as condições do Edital. Recebimento e abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta de Preços: às 08:00 horas do dia 25 de Agosto de 2020. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e obtidos gratuitamente por meio do site www.joaoisboa.ma.gov.br ou por meio de solicitação ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações em dias úteis, das 08:00 hs às 12:00 hs, na sede da CPL sito na Av. Imperatriz nº 1331, Centro, João Lisboa - MA, mediante o pagamento do valor de R\$ 20,00 (vinte reais), a ser recolhido através de Documento de Arrecadação Municipal - DAM. MARCOS VENICIO VIEIRA LIMA - PRESIDENTE CPL

Ouvidos pela polícia e liberados os suspeitos de matar homem

O assassinato a golpes de facão ocorreu dentro da casa da vítima, no bairro Estiva; os criminosos ainda roubaram e destruíram o veículo do morto

ISMAEL ARAÚJO
Da equipe de O Estado

A polícia afirmou ontem que já se apresentaram na sede da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), na Avenida Beira-Mar, e, em seguida foram liberados os dois suspeitos de terem assassinado a golpes de facão Gilmar da Cruz Machado, de 36 anos. Segundo a polícia, o homicídio ocorreu na residência da vítima, na Estiva, na noite do último domingo, e ainda uma pessoa foi lesionada no braço.

O delegado Cláudio Barros, da SHPP, informou ontem durante entrevista à Rádio Mirante AM que os dois acusados desse crime compareceram de forma voluntária à SHPP onde prestaram esclarecimentos sobre o caso e, logo após, foram liberados devido não haver mandado de prisão expedido pela Justiça.

Ainda de acordo com o delegado, os acusados declararam que cometeram esse ato criminoso devido acreditar que a vítima estava dando em cima de mulheres casadas por meio da internet. Uma delas é esposa de um dos suspeitos. “A polícia está no aguardo de mais detalhes para poder identificar a motivação desse crime e encaminhar o inquérito ao Poder Judiciário”, explicou o delegado.

Ato criminoso

A polícia informou que os dois suspeitos foram até a noite do último domingo até a residência da vítima. Neste local, eles primeiramente começaram a quebrar o veículo de Gilmar Machado e, logo após, realizaram o homicídio.

A vítima foi golpeado em várias partes do corpo e ainda levado para o Socorrão II, localizado na área da Cidade Operária, onde veio a



Os suspeitos se apresentaram na sede da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP)

SAIBA MAIS

Operação

As Policiais Militar e Civil realizaram em São José de Ribamar ainda no último dia 24 a Operação Poder Paralelo para desarticular duas facções criminosas. Um total

de 18 faccionados foram presos em cumprimento de ordem judicial como ainda foram apreendidos duas armas de fogo, carregadores e droga.

NÚMERO

2

pessoas já foram assassinadas durante este mês na Grande Ilha

rumo ignorado. Os militares foram acionados e realizaram rondas na área, mas, não conseguiram prender os acusados. A equipe da SHPP e peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) estiveram no local onde chegaram a conversar com algumas testemunhas.

O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser autopsiado e, logo após, liberado para os familiares. Ainda no mês passado, duas pessoas foram assassinadas nessa cidade e sendo que uma das vítimas foi uma mulher, de aproximadamente 25 anos. ●

falecer. Os acusados ainda golpearam a esposa da vítima, mas não corre risco de morte.

Faccionados

A polícia ainda ontem não conseguiu prender os acusados da morte de um adolescente, de 16 anos, ocorrida durante a madrugada de terça-feira (4), na Vila Alcione, em São José de Ribamar. O caso está sendo investigado pela equipe da Delegacia de Polícia Civil dessa cidade como também pela SHPP.

Ainda segundo a polícia, a vítima fazia parte de um grupo criminoso e agia na região. No dia do crime, ele estava na porta de sua casa reunido com outros criminosos quando foram atacados por faccionados rivais, coordenado por Índio. Este criminoso é suspeito de ter cometido, pelo menos, 10 assassinatos nessa região.

Houve tiroteio e correria. Uma das balas atingiu o adolescente, que morreu ainda no local. Após o ato de violência, os criminosos toma-

Líderes de ‘boca de fumo’ são presos na capital

Os criminosos agiam em diversos bairros como ainda apreenderam droga e armas

Chefes de “boca de fumo” da capital foram retirados de circulação durante cerco realizado ontem pela polícia. Ainda durante esse trabalho policial, foram apreendidos maconha, crack, cocaína, dinheiro e armamento. Entre as armas apreendidas, segundo a polícia, havia uma pistola, que pertence ao sistema penitenciário.

Um das incursões da polícia ocorreu no bairro do Vinhas Velho. O delegado Thiago Dantas, lotado na Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), declarou que a polícia recebeu uma denúncia anônima que havia um trio criminoso que estava comandando a venda de entorpecente nessa localidade. Uma residência estava servindo de ponto base para essa empreitada criminosas.

Os policiais fizeram campanha nessa localidade. O delegado disse que a equipe da Senarc observou os criminosos saindo dessa casa e foram para uma área de matacão. Houve perseguição e contou com a participação dos cães farejadores. No decorrer desse cerco, os policiais conseguiram prender Felipe Bezerra Soares e Felipe Ribeiro Moraes.

Também foram apreendidos quatro tabletes de maconha e sendo avaliados em torno de R\$ 8 mil como ainda duas armas de fogo. O delegado informou que uma das armas apreendidas pertence ao sistema penitenciário e teria sido roubada. “Os detidos, além de comandarem o tráfico de droga nessa localidade, também são suspeitos de cometerem assalto”, contou o delegado. ●

Acusado de roubo de veículos é detido pela DRFV

O criminoso foi abordado no São Francisco e levado para a Penitenciária de Pedrinhas

Um dos integrantes de bando especializado de roubo de veículos na Grande Ilha e no interior do estado foi preso ontem durante incursão da equipe da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV).

O delegado Carlos Alessandro de Assis, que é superintendente da Polícia Civil da Capital (SPCC), disse que o criminoso foi preso em cumprimento de ordem judicial, no bairro do São Francisco. Uma das ações cometidas pelo detido ocorreu no dia 12 de março deste ano e o alvo foi um veículo Ônix, no Renascença. O detido foi ouvido na DRFV, na Vila Palmeira, e, em seguida, encaminhado para o Complexo Peniten-

ciário de Pedrinhas.

Em Itapecuru-Mirim, a polícia conseguiu recapturar um foragido do sistema prisional de Pedrinhas, nome não revelado, na noite do último dia 4. Segundo a polícia, ele tinha sido beneficiado com a saída temporária do Dia das Mães, em maio deste ano, mas não retornou ao presídio no período estabelecido pelo Poder Judiciário.

O delegado Cláudio Mendes, titular do 2º Distrito Policial de Timon, informou que um agente da Polícia Civil do Piauí está sendo alvo de investigação da polícia maranhense acusado de efetuar tiros em estabelecimento comercial, em Timon, e ameaça de morte. ●

Mundo

Perdas após a explosão podem chegar a US\$ 15 bi

Equipes continuavam a busca por sobreviventes; investigações apontavam para negligência como causa da explosão, que matou pelo menos 135 pessoas

BEIRUTE / CAIRO

O governador de Beirute disse à emissora de TV, nesta quarta-feira (5), que as perdas coletivas após a explosão ocorrida na capital libanesa na véspera (dia 4) podem ser de 10 bilhões de dólares a 15 bilhões de dólares, incluindo prejuízos diretos e indiretos relacionadas a negócios.

O governador também disse que a quantidade de trigo disponível atualmente é limitada, e que ele acha que uma crise pode ocorrer se não houver interferência internacional.

Equipes de resgate libanesas continuavam a busca, nesta quarta-feira, por sobreviventes nos destroços de edifícios e investigadores apontavam para negligência como causa de uma enorme explosão num armazém que enviou uma onda de devastação sobre Beirute, matando pelo menos 135 pessoas.

Cerca de 5 mil pessoas ficaram feridas na explosão de terça-feira no porto de Beirute e até 250 mil ficaram sem casas adequadas para



Ondas de choque destruíram fachadas e quebraram janelas a quilômetros

morar depois que ondas de choque destruíram fachadas de edifícios, sugaram móveis para as ruas e quebraram janelas a quilômetros do epicentro da explosão.

Espera-se que o número de mortos aumente em decorrência da explosão, que as autoridades atribuíram a um enorme estoque de material altamente explosivo, ar-

mazenado por anos em condições inseguras no porto da cidade. A explosão foi a mais poderosa a atingir Beirute, uma cidade ainda com cicatrizes da guerra civil de três décadas atrás, e impactada por uma crise econômica e por um aumento de casos de coronavírus.

O presidente do Líbano, Michel Aoun, disse que 2.750 toneladas de

nitrate de amônio, usado em fertilizantes e bombas, estavam armazenadas há seis anos no porto, sem medidas de segurança.

Em um pronunciamento à nação durante uma sessão de emergência do gabinete, Aoun disse: “Nenhuma palavra pode descrever o horror que atingiu Beirute na noite passada.”

Ele afirmou que o governo está “determinado a investigar e expor o que aconteceu assim que possível, além de responsabilizar os culpados e negligentes, impondo a eles a punição mais severa”.

Uma fonte oficial familiarizada com investigações preliminares culpou “inação e negligência” pelo incidente, dizendo que “nada foi feito” por comitês e juízes envolvidos no assunto para ordenar a remoção do material perigoso. O gabinete ordenou que as autoridades portuárias envolvidas no armazenamento ou guarda do material desde 2014 sejam colocadas em prisão domiciliar. ●

integra em oestadoma.com/489530

Prefeitura de Colinas
Melhor pelo povo

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS
CNPJ 06.113.682/0001-25
PRAÇA DIAS CARNEIRO, 402 – CENTRO – COLINAS/MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020 – CPL. PROCESSO Nº 408/2020/SEMUS. UASG: 980767.

OBJETO: Aquisição de 1 (uma) ambulância tipo – A, simples remoção Tipo Furgão, Zero Km para o enfrentamento do Coronavírus (Covid-19).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. **DATA DA ABERTURA:** 14/08/2020 às 14h00min, horário de Brasília/DF. **Local de Realização:** Siasg/Comprasnet – www.comprasnet.gov.br. Edital e demais informações disponíveis em www.colinas.ma.gov.br e www.comprasnet.gov.br. Informações adicionais serão prestadas pela CPL localizada, na **Praça Dias Carneiro, nº 402, Bairro Centro, Colinas/MA** no horário de 08h00min às 12h30min de segunda a sexta-feira, pelos e-mails pregao.prefeituradecolinas@gmail.com e/ou cplcolinas@gmail.com ou pelo **Telefone (99) 3552-1626**. Colinas (MA), 03 de agosto de 2020. Liliane Neves Carvalho. Sec. Municipal de Saúde.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU MIRIM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapecuru Mirim - MA, através de sua Pregoeira, toma público para conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 001/2020, Processo Administrativo nº. 138/2020, do tipo menor preço por item, que tem como objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para preparo da alimentação escolar no ano letivo de 2020 do município de Itapecuru-Mirim/MA, com data de abertura dia 19/08/2020, às 09h30 horas. A Licitação será regida pela Lei nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 760/2020, Decreto Municipal nº. 548/2017, Lei Complementar nº. 123/2006 e subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93 e suas alterações. O Edital poderá ser consultado gratuitamente e retirado diretamente na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Gomes de Souza, s/n, Centro, Itapecuru Mirim, ou pelo e-mail: cplitapecuru10@gmail.com, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente da CPL, das 8h às 12h. Telefone: (98) 3463-2594. Camila Holanda Carneiro – Pregoeira. Itapecuru-Mirim/MA, 03 de agosto de 2020.

ELEIÇÕES 2020

Rubens Jr.(PcdoB)
comenta encontro com
Roberto Costa (MDB)

Rubens Júnior respondeu com exclusividade a O Imparcial sobre rumores de uma possível aliança com o MDB. PÁGINA 3

PTB anuncia apoio à
pré-candidatura de
Neto Evangelista (Dem)

A novidade foi publicada no Instagram do deputado federal, Pedro Lucas Fernandes, presidente do PTB no Maranhão. PÁGINA 3



REDES SOCIAIS | Sampaio é um dos clubes com mais "seguidores" do nordeste

PÁGINA 11

COMBATE AO CORONAVÍRUS

Três cidades do Maranhão
envolvidas em desvio de
recursos para Pandemia

Cerca de 50 policiais federais cumpriram quatro mandados de prisão temporária e 13 mandados de busca e apreensão nas cidades de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte, no Maranhão. Levantamentos apontam indícios de um superfaturamento de até 400% na compra de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs). PÁGINA 9

Prefeito Edivaldo entrega
nova Praça da Bíblia

A praça e o entorno foram totalmente requalificados com novos projetos de melhoria de pavimentação, paisagismo, iluminação, drenagem, passeios de pedestres, canteiro central, incluindo acessibilidade universal; reforma do espaço integra pacote de obras que estão sendo executadas no Centro. PÁGINA 6

Homem morre
após veículo
cair em riacho

Um grave acidente deixou um homem morto. A vítima foi identificada como José Francisco da Costa Almeida, de 40 anos. PÁGINA 9



ENTREVISTA / ROBSON PAZ

Por que o MAC não
deu certo em 2020?

Maranhão Atlético Clube termina temporada 2020 com rebaixamento após grande investimento para as últimas duas partidas do Campeonato Maranhense 2020. PÁGINA 11

TEMPO E TEMPERATURA

Chuva	10mm	Chances: 90%
Vento	NE	26km/h
Umidade	51%	70%
Sol	05:39h	17:55h

BASTIDORES

O dilema da sala de aula

Agosto já começou e o ano letivo foi arrastado pela crise da pandemia do coronavírus para um mar de incertezas, medo e protocolos pelos quais as autoridades do ensino tentam colocar os alunos na sala de aula. PÁGINA 3

TÁBUA DE MARÉ

QUI 06.08.2020	
0221	0.8H
0824	5.6H
1451	0.8H
2058	5.4H



São Luís, quinta-feira, 6 de agosto de 2020

CORRUPÇÃO E CRIMES FINANCEIROS

PF cumpre mandados em três cidades

A operação tem finalidade de desarticular associação criminosa voltada a fraude em licitações e desvio de recursos federais, que seriam usados no enfrentamento da Covid

SAULO DUAILIBE
Com informações de assessoria

Cerca de 50 policiais federais cumpriram quatro mandados de prisão temporária e 13 mandados de busca e apreensão nas cidades de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte, no Maranhão.

A ação realizou também o sequestro de bens e bloqueio de contas dos investigados, tendo as ordens judiciais sido determinadas pela 1ª Vara Federal de São Luís.

A ação da Polícia Federal, através da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros (DELECOR) do Maranhão, com o apoio da Controladoria Geral da União – CGU, aconteceu na manhã de ontem, quarta-feira (5).



A PREFEITURA DE BACABEIRA FOI UM DOS ALVOS DA OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

As investigações

Durante a investigação, foram verificadas que as aquisições de materiais hospitalares foram realizadas com uma única empresa, sediada na cidade de Paço do Lumiar, que nunca havia atuado no ramo médico.

Houve também indícios de superfaturamento de equipamentos de proteção individuais (EPI's) e de simulação na compra de respiradores pulmonares, que apesar do pagamento antecipado pelas prefeituras de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte, nunca foram efetivamente entregues.

A investigação revelou que a empresa sediada em Paço do Lumiar não tinha nenhum empregado e atuava com a comercialização de acessórios para instalação de aparelhos de ar condicionado e de energia solar. A empresa tinha um total de 69 atividades secundárias, que variavam desde a confecção de vestuário, segurança

privada e até produção musical.

Se confirmadas as suspeitas, os investigados responderão pelos crimes de peculato (Art. 312, caput, do CPB), falsidade ideológica (Art. 299, do CPB), fraude em processo licitatório (Art. 90 da Lei nº 8.666/93), superfaturamento na venda de bens (Art. 96, I da Lei nº 8.666/93) e associação criminosa (Art. 288 do CPB).

As ordens judiciais foram cumpridas em seis cidades do Maranhão: São Luís, São José do Ribamar, Paço do Lumiar, Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte.

A Operação foi denominada "Falsa Esperança" em referência a expectativa criada na população dos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte de que as gestões municipais teriam adquirido de forma lícita equipamentos contra a Covid-19, e que, ao fim, nunca chegaram a ser efetivamente entregues.



A operação Falsa Esperança tinha como finalidade de desarticular associação criminosa voltada a fraude em licitações e desvio de recursos públicos federais, que seriam usados no enfrentamento do novo coronavírus, nos municípios.

APÓS 4 MESES

Senac se prepara para retornar às aulas presenciais



A RETOMADA GRADUAL SERÁ BASEADA EM PROTOCOLOS SANITÁRIOS E PEDAGÓGICOS E CARACTERIZADA PELO ENSINO HÍBRIDO

Após pouco mais de quatro meses sem ofertar cursos presenciais por conta da pandemia de Covid-19, o Senac se prepara para retomar a programação de cursos presenciais em todas suas unidades educacionais, localizadas atualmente em São Luís, Imperatriz, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Pimenteiras, Balsas e Timon. A retomada gradual será baseada em protocolos sanitários e pedagógicos e caracterizada pelo ensino híbrido (com aulas online e presenciais).

A partir do dia 17 de agosto, devem retornar às salas de aula os alunos das turmas comerciais que estavam em processo antes da pandemia (que ficaram aguardando concluir carga horária). No dia 26 de agosto, as turmas que já tinham alunos matriculados ou já estavam formadas, iniciam suas atividades em sala de aula. Já as turmas do Programa de Aprendizagem que estavam em processo e estão rece-

bendo aulas remotas, retornam suas atividades de forma presencial nas unidades em duas datas: 14 de setembro (grupo 01) e 28 de setembro (grupo 02).

Vale ressaltar que a instituição seguirá todas as determinações sanitárias e educacionais do estado do Maranhão e que constam no documento orientador para reabertura das unidades educacionais no contexto da pandemia de Covid-19 encaminhado pelo Senac Nacional. Dentre elas, destacam-se o distanciamento mínimo obrigatório entre estudantes e profissionais, que será atendido por meio da adoção de sistema de revezamento/rodízio entre alunos e instrutores, e a flexibilização de horários de entrada e saída.

"Sabemos que o mundo mudou, as relações mudaram, a educação mudou. Tivemos que dar um passo atrás, para dar muitos adiante, mas o nosso

entendimento sobre qualificar pessoas para o mundo do trabalho continua o mesmo. Entendemos que somente por meio da educação, as portas de um futuro de esperança estarão abertas. E é por isso que estamos cada vez mais nos preparando para retornar ao trabalho antes desenvolvido, de possibilitar oportunidades de qualificação profissional à população. Com responsabilidade e segurança, estamos otimistas de que será um retorno exitoso para todos", destacou o Diretor Regional do Senac no Maranhão, Ahirton Lopes.

Considerando as três etapas do plano de retomada às aulas presenciais, o Senac deve receber pouco mais de três mil alunos, que estavam aguardando as determinações do Governo Estadual sobre o retorno às atividades. Novas turmas da programação estarão disponíveis para matrículas a partir do dia 17 de agosto.

2021

Uema divulga calendário do PAES



O EDITAL DE INSCRIÇÃO SERÁ PUBLICADO EM 26 DE AGOSTO

A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) aprovou, por meio de reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE/UEMA, o calendário de aplicação de provas do PAES/2021. "Devido a situação de pandemia que vivemos o PAES foi alterado no seu formato, porém, não na sua essência, que é a de selecionar candidatos para os cursos de graduação da UEMA e UEMASUL. Teremos como principais datas a publicação das obras literárias no dia 17 de agosto de 2020 e na mesma data o edital de isenção do pagamento da taxa de inscrição. O edital de inscrição será publicado em 26 de agosto de 2020 com as inscrições on-line para o período de 02 a 27 de novembro 2020", afirma a assessora de Seletivos e Concursos (ASCONS), Cristiane Pestana.

O Teste de Habilidade Específica para os candidatos que desejarem concorrer a uma vaga no curso de Música Licenciatura, será aplicado no dia 10 de janeiro de 2021.

As provas serão realizadas em etapa única, porém, em respeito as normas sanitárias vigentes, elas serão aplicadas em dois dias consecutivos nos dias 28 de fevereiro de 2021 e 1º de março de 2021.

As duas provas terão o mesmo perfil e grau de dificuldade. A divisão dos candidatos, por dia, deverá atender ao número de candidatos por curso/grupo oferecido pela UEMA e UEMASUL, de forma que haja um equilíbrio aproximado na quantidade de candidatos por dia.

A divulgação do resultado final está previsto para o dia 2 de abril de 2021.

ALDEIAS ALTAS

Homem morre após veículo cair em riacho



O ACIDENTE CULMINOU NA MORTE DO CONDUTOR DO VEÍCULO

Um grave acidente deixou um homem morto. A vítima foi identificada como José Francisco da Costa Almeida, de 40 anos. Ele foi encontrado morto pelo 5º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Caxias, após seu carro ter caído de uma ponte em um riacho na zona rural de Aldeias Altas, cidade distante cerca de 249 km de São Luís.

De acordo com o Corpo de Bombeiros, o acidente ocorreu por volta das 22h do último domingo (2). O condutor perdeu o controle do automóvel que caiu da ponte na entrada do Povoado Sambaíba, na Rodovia MA-349.

Após populares terem encontrado o veículo submerso e com os pneus para cima, o Corpo de Bombeiros foi acionado para fazer a retirada e reconhecimento do corpo.



José Francisco morava na cidade de Caxias, que fica cerca de 40 km do município de Aldeias Altas. Segundo informações repassadas à polícia, a vítima havia saído para comprar bebida alcoólica a noite e não voltou.

ESCRAVOS MARANHENSES

Trabalhadores são resgatados no Sul

Foram resgatados nove pessoas da escravidão na plantação de cebolas, sendo que cinco são de Timbiras. Os maranhenses faziam parte de um grupo de 46 trabalhadores

SAULO DUAILIBE

Mais cinco maranhenses foram resgatados em condições de trabalho análogas à escravidão. Desta vez, os trabalhadores estavam em uma plantação de cebola, localizada na cidade Ituporanga, no Vale do Itajaí, interior de Santa Catarina.



Foram resgatados nove pessoas da escravidão na plantação de cebolas, sendo que cinco delas são de Timbiras, interior do Maranhão. Os maranhenses faziam parte de um grupo de 46 trabalhadores rurais que acreditou nas promessas de três meses de serviço com despesas pagas.

Eles revelaram que um carro de som estava divulgando pelas ruas de Timbiras a oportunidade de emprego no estado do Sul do país. Cada trabalhador teria pago R\$ 50 para garantir a oportunidade.

Eles foram de ônibus para Santa Catarina e após seis dias de viagem chegaram ao Vale do Itajaí – onde, na rodoviária, fazendeiros os esperavam.

Um dos maranhenses que estava em situação análoga à escravidão manteve contato com a mãe e contou toda a situação. Ela fez a denúncia através da Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão (Raice) no Maranhão.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) fez uma denúncia à Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério da Economia e um grupo móvel se deslocou para fiscalizar a propriedade – o que culminou no resgate das nove pessoas.

Os maranhenses resgatados eram negros e tinham a promessa de ganharem R\$ 6 por cada mil mudas de cebola plantadas. Além das promessas não cumpridas, as despesas da viagem foram usadas para desconto no salário dos trabalhadores, o que é proibido por lei, sendo que trabalhadores começavam devendo também por conta do adiantamento para compra da parte da alimentação que não era fornecida e de equipamentos de proteção individual.

Eles estavam alojados sob péssimas condições de higiene, alguns dormindo no chão. A operação obrigou o pagamento dos salários e verbas rescisórias, que somaram cerca de R\$ 90 mil.

O empregador bancou o retorno dos cinco de Timbiras de volta ao Maranhão. Eles devem receber três parcelas de seguro-desemprego aos quais os resgatados têm direito.

Mais de 8 mil maranhenses resgatados

Em dados gerais, 2003 a 2018, ou

seja, em 15 anos, foram resgatados 8.119 trabalhadores nascidos no Maranhão em todo o Brasil. Entre os maranhenses resgatados, 39% são analfabetos e 36% possuem ensino fundamental incompleto. Cerca de 82% das vítimas trabalhavam no setor agropecuário, o maior polo do trabalho escravo no país.

Maranhão, maior exportador de trabalhadores escravos



Segundo dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas (Smartlab MPT/OIT), o Maranhão é o maior exportador de mão de obra escrava do Brasil.

De acordo com o levantamento, 23% dos trabalhadores resgatados em todo o país nasceram em território maranhense. Entre os municípios maranhenses com maior número de trabalhadores egressos estão:

- Codó (357 pessoas)
- Açailândia (326)
- Pastos Bons (267)
- Imperatriz (230)
- Santa Luzia (191)

BOA NOTÍCIA

Saque de R\$ 1.045 do FGTS emergencial será mantido

Chegou ao fim o prazo da medida provisória (MP) que garantia o pagamento do saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para os trabalhadores que foram prejudicados pela crise do coronavírus.

Essa questão preocupou aqueles que ainda não receberam o benefício. Afinal, após o prazo expirar, eles perderiam o direito ao saque de R\$ 1.045?

A Caixa Econômica Federal emitiu uma nota para tranquilizar esses trabalhadores, informando que o cronograma divulgado anteriormente será mantido de acordo com o princípio institucional da Segurança Jurídica.

O Senado chegou a realizar alterações na MP, e um acordo com o presidente Jair Bolsonaro dispensou a necessidade de votação do texto. Assim, o prazo não foi estendido.

Na próxima semana, o Governo Federal deve enviar o projeto de lei que garante o pagamento do saque emergencial a todos os trabalhadores. Em seguida, o Congresso realizará a votação da proposta.

Metade dos lotes do FGTS já foram pagos



Caso a MP fosse suspensa após expirar, muitos trabalhadores seriam prejudicados. Isso porque metade dos lotes do saque emergencial do FGTS já foram depositados para os nascidos entre janeiro e junho.

Neste caso, aqueles que nasceram em julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro não receberiam o dinheiro, que pode fazer falta para muitas famílias neste momento.

Tem direito ao saque emergencial do FGTS todos os trabalhadores contratados no regime CLT, que possuem contas ativas (do emprego atual) ou inativas (de empregos anteriores). Os depósitos seguem até o dia 21 de setembro.

Calendário de pagamento

O calendário de pagamento do saque emergencial é estabelecido de acordo com a data de nascimento do trabalhador. Inicialmente, o valor é depositado em uma conta digital da Caixa, e só poderá ser utilizado para pagar contas ou fazer compras usando o cartão de débito virtual ou QR Code.

Depois de algumas semanas, o trabalhador poderá comparecer a uma agência da Caixa para realizar o saque em espécie, ou transferir o valor para contas em outros bancos.

Confira o calendário completo:



Depósito em conta

- Nascidos em agosto – 24 de agosto
- Nascidos em setembro – 31 de agosto
- Nascidos em outubro – 8 de setembro
- Nascidos em novembro – 14 de setembro
- Nascidos em dezembro – 21 de setembro

Saque e transferência

- Nascidos em fevereiro – 8 de agosto
- Nascidos em março – 22 de agosto
- Nascidos em abril – 5 de setembro
- Nascidos em maio – 19 de setembro
- Nascidos em junho – 3 de outubro
- Nascidos em julho e agosto – 17 de outubro
- Nascidos em setembro e outubro – 31 de outubro
- Nascidos em novembro e dezembro – 14 de novembro

OPORTUNIDADES

Empresa abre 261 vagas de trabalho



EXISTEM VAGAS PARA CORRETORES DE IMÓVEIS E OUTROS POSTOS DE TRABALHO NAS OPORTUNIDADES OFERECIDAS

Com vagas abertas para o Maranhão, a MRV Engenharia oferece 261 postos de emprego. Para a nova seleção, a oferta é para o setor de venda de imóveis, recursos humanos, atendimento e área comercial da empresa.

Conhecida como a maior construtora do país pelo quarto ano consecutivo – como mostra o ranking ITC (Inteligência Empresarial da Construção) – a MRV é destaque inquestionável no quesito planejamento de processos construtivos, antecipação de tendências e imóveis de melhor custo-benefício.

Investimentos em projetos sociais e ambientais, ações sustentáveis e de incentivo ao esporte fazem parte do portfólio da empresa. Um exemplo está na participação ao programa de habitação federal, o Minha Casa, Minha Vida.

Cargos

Além do Maranhão, há chances para os estados do Rio Grande do Norte,

Goiás, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Alagoas, Bahia, Mato Grosso, entre outros, os interessados devem ficar atentos quanto aos cargos e atribuições das funções.

Confira a lista abaixo:

- Analista de RH;
- Corretor de Imóveis;
- Recepcionista (vaga exclusiva para pessoas com deficiência);
- Vendedor Imobiliário;
- Gerente de Loja;
- Consultor de Vendas;
- Assistente Comercial;
- Supervisor de Contas;
- Gerente Comercial;
- Assistente de Crédito Imobiliário;
- Jovem Aprendiz (estudantes);
- Analista de Performance;
- Estágio para o setor administrativo comercial.

Requisitos

Os requisitos exigidos variam de

acordo com a vaga. Entre os mais comuns, estão ensino médio completo, formação superior completa, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias “A” e “B”, veículo próprio, além de conhecimento em ferramentas do Pacote Office. Além de salário compatível, a empresa também oferece benefícios adicionais, como: Assistência médica; Assistência odontológica; Participação nos lucros; Vale-alimentação; Vale-refeição, etc.

Inscrições

Interessados em concorrer a uma das vagas na empresa devem acessar o site de empregos Infojobs, selecionar o cargo de interesse e clicar na opção “Candidatar-se”, localizada no canto superior direito da página.

Durante a etapa seguinte, o candidato deverá preencher os espaços com as informações pessoais, como nome, e-mail, CEP, cargo de interesse, além de anexar o currículo pessoal atualizado.

São Luís é a capital com menor taxa de ocupação de UTI para coronavírus, mostra a revista Veja

INFORME JP - PÁG. 3

Jerry e Weverton conseguem adesão de mais de 200 parlamentares para criar a 'Frente Sus' no Congresso

INFORME JP - PÁG. 3

Justiça determina relocação do coronel Ismael como piloto de helicóptero da Polícia Militar

PÁG. 12

Maranhão gera quase 4 mil vagas de emprego com carteira assinada em junho, aponta nota do Imesc

PÁG. 4

Othelino promulga lei que permite pagamento parcelado de débitos do ICMS

PÁG. 2

SECRETÁRIOS DE SAÚDE E DONO DE EMPRESA SÃO PRESOS NO MA EM OPERAÇÃO DA PF POR DESVIO DE RECURSOS CONTRA COVID-19

Operação teve como alvo as prefeituras de Santa Rita, Bacabeira e Miranda do Norte

GILSON FERREIRA E DIVULGAÇÃO



A superintendente da PF no Maranhão, Cassandra Parazi, fornece detalhes da Operação Falsa Esperança, deflagrada nessa quarta-feira (5)



Um dos alvos dos policiais federais foi o município de Bacabeira, onde o secretário de Saúde acabou preso

Dois secretários municipais de saúde e um dono de empresa foram presos durante uma operação da Polícia Federal, nessa quarta-feira (5), nas cidades de Santa Rita, Bacabeira e Miranda do Norte. A PF cumpriu três mandados de prisão relacionados a desvio de recursos federais destinados ao tratamento da Covid-19, no Maranhão. **PÁG. 5**

Flávio Dino apresenta Pacto Nacional pelo emprego a centrais sindicais

O governador Flávio Dino se reuniu, nessa quarta-feira (5), com o Fórum das Centrais Sindicais para debater sua proposta de criação de um Pacto Nacional pela Vida e pelo Emprego. O encontro, por videoconferência, contou com a participação de representantes de oito centrais – CTB, CGTB, CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CSB e Pública.

PÁG. 3



O encontro de Flávio Dino, por videoconferência, contou com a participação de representantes de oito centrais sindicais



Prefeito Edivaldo com a primeira-dama Camila Holanda participam, com auxiliares, da entrega da nova Praça da Bíblia

Prefeito Edivaldo entrega Praça da Bíblia, reconstruída por meio do 'São Luís em Obras'

O prefeito Edivaldo Holanda Junior entregou, na noite da última terça-feira (4), a Praça da Bíblia, que foi totalmente reconstruída por meio do programa São Luís em Obras. O local recebeu projetos de paisagismo, urbanização, iluminação, entre outras melhorias que tornaram o espaço mais moderno e organizado.

PÁG. 11

Bira alerta para proposta de redução no FGTS e retirada de direitos na Reforma Tributária

PÁG. 12

Falsa Esperança

PF cumpre mandados em três municípios por desvio de recursos para combate à Covid-19

A operação teve como alvo as prefeituras de Santa Rita, Bacabeira e Miranda do Norte

Durante a ação policial, foram presos dois secretários de Saúde e o dono de uma empresa

LUCIENE VIEIRA

A Polícia Federal (PF) cumpriu, nessa quarta-feira (5), três mandados de prisão relacionados a desvio de recursos federais, destinados ao tratamento da Covid-19, no Maranhão. Foram presos o dono de uma empresa suspeita por cometer as fraudes e dois secretários de Saúde. A operação, denominada “Falsa Esperança”, teve como alvo as prefeituras de Santa Rita, Bacabeira e Miranda do Norte; e também teve diligências realizadas nas cidades de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Durante entrevista coletiva, realizada no fim da manhã de ontem, na sede da PF (bairro Cohama), a superintendente regional da Polícia Federal, Cassandra Ferreira Alves Parazi, deixou claro que as investigações permanecem em andamento. “Estamos hoje (ontem) com a fase ostensiva, quando muitos elementos importantes são colhidos, que reforçarão os indícios daquilo que já está evidenciado. Mas, até este presente momento, os sinais que nos levam a crer que houve fraude na aplicação de recursos federais se devem a algumas falhas nos processos de licitação”, informou Cassandra Parazi.

De acordo com a superintendente regional da PF, há indícios de superfaturamento em vendas que não houve a entrega dos produtos comprados. Cassandra disse que uma empresa da cidade de Paço do Lumiar foi que efetuou a venda de alguns produtos para as prefeituras, como respiradores pulmonares, máscaras, macacões e óculos de proteção. “É uma empresa que tem campo de atuação abrangente de atividades. Ela não produz esses itens, e ela vendeu mercadorias que a própria não tinha, tendo a possibilidade de que esta venda não foi concretizada”, informou a superintendente. Segundo a Polícia Federal, a empresa tinha um total de 69 atividades secundárias, que variavam desde a confecção de vestuário, segurança privada e até produção musical. Cerca de 50 policiais federais participaram da operação, que teve o apoio da Controladoria Geral da União (CGU). Foram cumpridos três mandados de prisão temporária, houve ainda 13 mandados de busca e apreensão, além do sequestro de bens e bloqueio de contas dos investigados.



A superintendente da PF no Maranhão, Cassandra Parazi, fornece detalhes da Operação Falsa Esperança, deflagrada nessa quarta-feira (5)

ENVOLVIDOS

De acordo com a PF, de quatro foram cumpridos três mandados de prisão, sendo que uma pessoa está foragida, o secretário de Administração de Santa Rita. Os presos são o dono da empresa que teria cometido as fraudes, e os secretários de Saúde de Miranda do Norte e Bacabeira. Os envolvidos na fraude vão responder por peculato, falsidade ideológica, fraude de processo licitatório, superfaturamento de vendas de bens e associação criminosa. A Polícia Federal informou que fará uma análise financeira e de conteúdos apreendidos durante fase ostensiva. Segundo a PF, a empresa que realizou as vendas tinha mais de 62 atividades secundárias.

INVESTIGAÇÕES

A PF informou que vem constantemente investigando a comercialização de equipamentos de proteção individual e aparelhos médicos relacionados à Covid-19. A Polícia Federal informou que, nesta operação, apesar de pagos, os produtos não foram entregues, conforme licitações municipais. Em termos de valores, foram mais de R\$ 300 mil na compra de quatro respiradores, que não foram entregues, segundo a PF. **OPERAÇÃO COBIÇA FATAL** No dia 9 de junho, uma investigação da PF, também com o apoio da CGU, revelou irregularidades nas contratações



Um dos alvos dos policiais federais foi o município de Bacabeira, do qual o secretário de Saúde acabou preso

emergenciais de máscaras, com licitação, para o combate da Covid-19, feitas pelas secretarias municipais de Saúde de São Luís e São José de Ribamar. À época, três empresários envolvidos no escândalo foram presos. De acordo com a PF, eles eram suspeitos de integrar uma organização criminosa para a comercialização das máscaras, com preços bem acima do valor de mercado. Ao todo, 320 mil máscaras foram vendidas por R\$ 9,90 cada. De acordo com a PF,

o preço médio de uma máscara seria de R\$ 3,17. As investigações foram feitas por meio da “Operação Cobiça Fatal”. De acordo com a Polícia Federal, tudo começou a partir de uma análise da PF e da CGU, no site do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), endereço da internet que qualquer cidadão pode acessar. Os valores na compra das máscaras seriam, segundo a Polícia Federal, divulgados no mural do portal Covid-19 do site do TCE-MA.

Cláudio Humberto

www.diariodopoder.com.br

Com André Brito e Tiago Vasconcelos

“Por maldade, por ignorância, falam que isso é nova CPMF”
Ministro Paulo Guedes (Economia), perdendo outra chance de explicar o novo imposto

‘PEC do Fraldão’ amplia idade-limite para o STF

Movimenta os bastidores de Brasília um conchavo ousado, que oscila entre o “sonho” e o golpe institucional, para aprovação de uma “PEC do Fraldão”, ampliando de 75 para 80 anos a idade-limite de aposentadoria no setor público, a fim de estender por mais cinco anos a permanência dos atuais ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo seria impedir que o presidente Jair Bolsonaro de nomear ministros na Corte.

Cenoura no burro

No mesmo pacote, seria aprovada a regra que é sonho de consumo de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, permitindo a reeleição da dupla.

Usina de casuísmos

O conchavo ocorre cinco anos após a aprovação casuista da PEC da Bengala, que ampliou a idade-limite de 70 para 75 anos.

Sem a menor chance

O deputado Arthur Lira (AL), líder do PP e do Centrão, já avisou que a PEC do Fraldão não tem chance de ser aprovada no Congresso

Líder: é ‘improvável’

O líder do Governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), não acredita que a PEC do Fraldão prospere: “Acho improvável”.

Ronaldinho completa 150 dias preso no Paraguai

O ex-craque Ronaldinho Gaúcho completa nesta sexta-feira (6) exatos 150 dias preso em Assunção, no Paraguai. Há evidências de que ele pode estar sendo usado como retaliação ao Brasil pelo fato de a Justiça Federal brasileira haver decretado a prisão do ex-presidente paraguaio Horácio Cartes, poderoso empresário local, dono da Tabesa, fabricante de cigarros que há anos inunda ilegalmente o mercado brasileiro.

Sem solidariedade

Nesse tempo, Gaúcho não tem recebido a solidariedade do governo do Brasil e nem de ex-colegas, inclusive de clubes como PSG e Barcelona.

Ele diz que não sabia

A defesa alega que o ex-jogador não saberia da ilegalidade do passaporte que foi apreendido em seu poder.

Paraguai exagera

A Justiça paraguaia não incomoda o poderoso ex-presidente, mas acusa Gaúcho até de formação de quadrilha, lavagem e outros crimes.

TCU mandou mal

A solidariedade passa longe do Tribunal de Contas da União (TCU), cujos. Ministros levaram 9 dias para abrir processo disciplinar contra o servidor que ofendeu e destratou a ministra Ana Arraes. Que vergonha.

Olha o nível, senhores

Durante sessão de julgamento por videoconferência do Tribunal de Justiça de Sergipe, o desembargador gente boa Ruy Pinheiro não gostou do cafezinho frio servido por um funcionário, e reclamou: “Putá merda!”

Microfones reveladores

As sessões virtuais de julgamento têm exposto a Justiça brasileira. Do desembargador do Amapá que apareceu sem camisa àquele catarinense que viu na colega, durante julgamento, “essa carinha de puta”. Que nível!

Cidadão comum

Usando gravata do tipo ‘arranca elogios’ e sem aparato de segurança, o general Augusto Heleno (GSI) almoçou nesta quarta (5), cedo, em um restaurante no Lago Norte, em Brasília. Preferiu salada e grelhados.

Reforma impossível

O desequilíbrio nas contas públicas, despesas emergenciais, contas fixas e “privilégios intocáveis” inviabilizam a reforma tributária neste momento, na opinião do especialista Antonio Carlos Rodrigues do Amaral.

Domiciliar é loteria

Para o especialista em Direito Penal Felipe de Almeida, a politização das matérias jurídicas cria uma espécie de “loteria” na concessão de prisão domiciliar a encarcerados em grupos de risco do coronavírus.

América contra o covid

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura identificou 215 medidas (macroeconômicas, comerciais, cadeias alimentícias, crédito etc.) em vigor nas Américas para mitigar efeitos da pandemia.

Pandemia em inglês

Segundo levantamento da Minds Idiomas, com quarentena a venda de cursos de inglês online cresceu 17% apenas no mês de junho. No Google, a busca por esses cursos disparou 53% em maio.

Pensando bem...

...com taxa de juros e carga tributária de primeiro mundo, só falta ao Brasil um mundo inteiro.

PODER SEM PUDOR

Um chato de botina

Cada “aniversário” do AI-5 faz lembrar muitos personagens, mas pouco se falou do Chefe do Gabinete Militar do general-presidente Costa e Silva. O general Jayme Portella tinha fama de ultradireitista e de ultrachato. Um jornalista perguntou a um oficial do Gabinete Militar, na época, se o general Jayme era mesmo mal-humorado ou era só aparência. “É verdade”, confirmou o oficial, com sinceridade. “Ele é tão complicado que calça 40, mas usa 37 só pra conservar o mau humor”, ironizou.



NESTE EXATO MOMENTO, UMA CRIANÇA DE 3 ANOS ESTÁ GRITANDO “CONSEGUI!”

PELA PRIMEIRA VEZ.

KUMON PARA PRÉ-ESCOLARES

UNIDADE PONTA DO FAROL
(98) 3302-0916

KUMON

Justiça determina relocação do coronel Ismael como piloto de helicóptero do CTA

O desembargador Antônio Guerreiro Júnior proferiu decisão, nessa quarta-feira (5), determinando que a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-MA) providencie a imediata relocação do coronel Ismael de Sousa Fonseca, ex-comandante da Polícia Militar do Maranhão, como piloto de helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA). No despacho, o magistrado determinou ainda que seja restabelecida a retribuição de exercício de atividade aérea, no valor de R\$ 2.000,00 mensal, sem prejuízo de o oficial exercer suas funções de coronel dentro da PMMA.

Ao proferir a decisão, o desembargador Antônio Guerreiro Júnior acatou mandado de segurança ajuizado pelo coronel Ismael de Sousa Fonseca em face de ato supostamente ilegal, perpetrado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Na ação, o coronel argumentou que ingressou nas fileiras da Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA), no dia 5 de fevereiro do ano de 1992, ao qual perdura até os dias atuais, contabilizando assim mais de 28 anos dedicados a esta instituição de segurança pública. Disse que tem um conhecimento altíssimo na área de operações especiais, com diversos cursos e graduações, iniciando sua carreira



Decisão da Justiça dá direito ao coronel Ismael a assumir a função de piloto de helicóptero do CTA

em operações aéreas no ano 2000, quando concluiu o curso de operações aéreas, ao qual o Sr. Aluísio Guimarães Mendes Filho era o coordenador do GTA, e posteriormente tornando-se instrutor de inúmeros cursos de operações aéreas, vindo a ser referência nesse segmento.

Além disso, em 2007, após concluir o Curso de Piloto Privado de Helicóptero na EDRA Aeronáutica em Ipeúna/SP, é que o coronel iniciou sua carreira de piloto de helicóptero dentro do GTA/MA, curso este, todo custeado pelo erário público do Maranhão.

Posteriormente, em ato do governador Flávio Dino, o coronel foi nomeado comandante do Centro Tático Aéreo no dia 01/01/2015, permanecendo até o dia 24 de abril de 2019, ao qual foi exonerado para então assumir o cargo de comandante geral da Polícia Militar do Maranhão.

O coronel informou ainda que assumiu cumulativamente o cargo de diretor do Centro Tático Aéreo e o Subcomando Geral da Polícia Militar no dia 17 de setembro de 2015, em ato de nomeação mais uma vez assinado pelo governador Flávio Dino, evidenciando que, há

mais de cinco anos, está dentro dos maiores comandos da Polícia Militar do Maranhão e sempre atuando dentro do Centro Tático Aéreo. Na ação, o coronel informou que, no dia 12 de fevereiro de 2020, foi exonerado do cargo de comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, e posteriormente, no mês de março de 2020, quando estava em gozo de férias, foi informado por um subordinado hierárquico, o tenente-coronel Luís Magno Lima da Silva, atual diretor do Centro Tático Aéreo (CTA), que não poderia mais retornar ao CTA, até mesmo na função de piloto de helicóptero. Ordem essa, segundo o diretor do CTA, dada verbalmente pelo secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão, sem qualquer justificativa do ato, sem informar o motivo e sem abrir ao coronel Ismael o direito de reivindicar o retorno às suas funções como piloto, função essa que exercia antes de se tornar comandante geral da PMMA, o que demonstraria uma possível perseguição pessoal. Argumentou ainda o coronel Ismael que “o ato perpetrado está eivado de desvio de finalidade, quando o agente busca uma finalidade alheia ao interesse público, ferindo o direito líquido e certo deste oficial, bem como os princípios básicos da administração esculpidos no art. 37 da Constituição Federal”.

Senarc prende suspeitos de tráfico e apreende drogas no bairro do Vinhais Velho

AIDÊ ROCHA

Uma operação da Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), prendeu dois homens suspeitos de tráfico de drogas, e apreendeu drogas e armas. A ação ocorreu no bairro Vinhais Velho, em São Luís, na manhã dessa terça-feira (5). De acordo com o delegado Thiago Dantas, da Senarc, denúncias anônimas repassadas por meio do aplicativo de mensagens indicavam que na Travessa Projetada, naquele bairro, três pessoas estavam comercializando drogas. “Quando chegamos ao local para verificar as denúncias, as equipes perceberam que alguns



Armas e drogas apreendidas durante operação da Senarc, no Vinhais Velho

suspeitos saíram da residência alvo e se esquivaram para o matagal, onde dois foram capturados”, explicou.

Felipe Ribeiro Moraes e Felipe Bezerra Chaves, respectivamente, de 21 e 28 anos, foram presos em flagrante. Um terceiro envolvido

conseguiu fugir durante a perseguição policial. Segundo o delegado, próximo aos suspeitos, os policiais localizaram uma pistola, 623 indústrias de maconha, com a ajuda dos cães farejadores. Na continuidade das buscas, também foram apreendidas mais porções de drogas e outra arma de fogo. “Uma dessas armas de fogo pertence à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). Já apuramos que ela foi subtraída durante um roubo a residência”, pontuou Dantas. Os dois suspeitos, conforme a polícia, possuem envolvimento com roubos a casas e já foram presos por crimes dessa natureza. Ambos, foram encaminhados à sede da Senarc, no Bairro de Fátima, onde foram autuados em flagrante, por porte de arma de fogo, tráfico de drogas e associação do tráfico.

Preso suspeito de roubo de veículo no bairro do Renascença

Foi preso, nessa quarta-feira (5), em cumprimento a mandado de prisão preventiva, um homem suspeito de roubar um veículo, em março deste ano, no bairro

do Renascença, em São Luís. Ele foi capturado no São Francisco por uma equipe da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículo (DRFV).

Segundo a Polícia Civil, a vítima estava em seu carro, modelo Ônix, quando foi surpreendida por dois suspeitos armados que levaram o automóvel e outros pertences. Após o crime, o veículo foi recuperado pela polícia, e o suspeito preso ontem foi identificado e reconhecido pela

vítima. Em razão disso, foi representado pela prisão preventiva dele. O homem foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de São Luís, onde ficará à disposição da Justiça. O segundo envolvido também já foi identificado, mas segue foragido. (AR)

Timon Policial civil do Piauí é investigado por atirar em açougue e ameaçar adolescente

A Polícia Civil do Maranhão investiga um agente da Polícia Civil do Piauí que teria disparado várias vezes contra um açougue na cidade de Timon. O policial, que não teve o nome divulgado, também é suspeito de ameaçar uma adolescente de 15 anos. De acordo com o delegado Cláudio

Mendes, do 2º Distrito Policial de Timon, o caso ocorreu no dia 19 de julho, no bairro Parque Alvorada, naquele município. No local, o investigado teria comprado uma carne e ao chegar em casa percebeu que o produto era diferente do que havia escolhido.

Ao retornar, conforme o delegado, o estabelecimento já estava fechado e o policial resolveu ligar para a proprietária, que foi ofendida com xingamentos e reclamações por ele. Durante a confusão, o homem sacou uma pistola ponto 40, chegando a apontá-la para uma adolescente, neta da dona do açougue. Em seguida, ele disparou cinco tiros na placa instalada na fachada do empreendimento. Segundo Cláudio Mendes, assim que

a polícia tomou conhecimento da ocorrência, foi apreendido um estojo de ponto 40 e requisitada a perícia no local. O autor só foi identificado na terça-feira (4). Além de crimes de ameaça, o policial piauiense será indiciado pelos crimes de disparo de arma de fogo em via pública e fraude processual. Uma cópia do inquérito policial também será encaminhada à Corregedoria da Polícia Civil do Piauí. (AR)

Motorista de aplicativo é alvo de assaltantes na Cidade Olímpica

Mais um motorista de aplicativo foi vítima de assaltantes na capital maranhense. O crime ocorreu na tarde de ontem (5), na Cidade Olímpica. De acordo com informações repassadas à Polícia Militar, a vítima foi solicitada para uma corrida

e, quando chegou ao local, cinco suspeitos entraram no veículo. Durante o trajeto, armados com armas brancas, forçaram o motorista a dirigir enquanto assaltavam na área da Cidade Olímpica e adjacências. Após o crime, eles abandonaram o carro e a vítima, na Avenida da

Mata, no bairro do Jardim América. O celular do motorista e R\$ 80 em espécie também foram subtraídos pelo grupo. Policiais militares fizeram ronda na localidade, mas ninguém havia sido preso nem identificado até o fechamento dessa matéria.

No mês de julho, outros dois motoristas foram alvos de assaltantes em São Luís. Eles foram surpreendidos nos bairros do Coroado e Santa Clara. Em ambos os casos, os veículos foram utilizados para cometer assaltos em várias regiões. (AR)

Últimas Notícias

Beirute busca desaparecidos após explosão deixar ao menos 135 mortos

Um dia após a grande explosão em Beirute, o Líbano contabiliza 135 mortos, cinco mil feridos, cerca de 300 mil desabrigados e 100 desaparecidos. Equipes de resgate passaram a quarta-feira procurando sobreviventes na região portuária, enquanto autoridades buscam respostas — e responsáveis — sobre a explosão. Investigações preliminares apontam para negligência no armazenamento de nitro de amônio, produto tóxico usado na fabricação de fertilizantes e explosivos. O governo decidiu manter em prisão domiciliar todos os funcionários do porto que eram responsáveis pela guarda e pela segurança do material. Especialistas alertam para a inalação do nitro de amônio após a explosão, que pode causar pneumonia química.

Copom faz novo corte e taxa Selic cai para 2% ao ano

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu nesta quarta-feira (5) reduzir a taxa básica de juros da economia brasileira de 2,25% para 2%. Esse foi o nono corte seguido na Selic. A decisão foi unânime. O corte renovou o menor patamar histórico para a taxa Selic desde 1999, quando entrou em vigor o regime de metas para a inflação. A redução na Selic seguiu a expectativa de analistas do mercado financeiro. Para eles, essa decisão encerra o ciclo de

cortes iniciado em agosto de 2019. Em nota, o comitê informou que entende que a conjuntura econômica continua demandando estímulo monetário “extraordinariamente elevado”, mas reconheceu que, “devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno”. Segundo o Copom, eventuais ajustes futuros no estímulo monetário dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal.

Coronavírus: STF mantém decisão que obriga governo a proteger indígenas

O Supremo Tribunal Federal manteve, por unanimidade, a decisão que obriga o governo de Jair Bolsonaro a proteger aldeias indígenas da pandemia da Covid-19. O ministro Luís Roberto Barroso já havia determinado a instalação de barreiras sanitárias para impedir acesso a comunidades isoladas ou de contato recente e a elaboração de um plano para retirar invasores. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), um dos autores da ação no STF, 623 indígenas já morreram com a doença no país, em meio a 21.646 casos de infecção registrados.

O cacique yawalapitü Aritana (foto), líder do Alto Xingu, é uma das vítimas mais recentes. Ele morreu aos 71 anos, depois de mais de duas semanas internado.

Bira alerta para proposta de redução no FGTS e retirada de direitos na Reforma Tributária

“Não podemos aceitar. É meter a mão no bolso do trabalhador. Por que essa maldade? Qual é a razão disso? Qual é o sentido?”. Foi assim que o deputado federal Bira do Pindaré se manifestou, nessa quarta-feira, 5, em sessão virtual do Plenário, sobre a nova proposta do governo Bolsonaro, que pretende reduzir o FGTS de 8% para 6%. O parlamentar maranhense disse que é uma situação completamente inaceitável e acredita que o Câmara dos Deputados não vai aprovar a medida. Para o deputado do governo, com objetivo de compensar a criação desse novo imposto, teria que desonerar a folha, “então decidi meter a mão no bolso da trabalhadora e do trabalhador brasileiro”, disse. Para o vice-líder do PSB, o FGTS é um patrimônio do trabalhador. Ele

sugeriu que o governo, desta vez, comece taxando os bilionários do país, aqueles que estão no topo da pirâmide e que estão enriquecendo mesmo agora, na pandemia. “Fundo de Garantia não é imposto, é direito do trabalhador. Se você tira 1%, 2%, 3% ou qualquer valor, está diminuindo o patrimônio do trabalhador. Não podemos aceitar isso nem por hipótese”, frisou. Bira alertou a população e o parlamento para os debates da Reforma Tributária e o que pode vir ser incluído pelo governo nessa discussão. Para ele, por trás de tudo isso e no meio de um processo em que se concentram energias para combater a pandemia e seus impactos, continuam ‘passando a boiada’ para atropelar o direitos da classe trabalhadora no Brasil. (Gil Maranhão com informações da assessoria)

Parlamentares criticam “fatiamento” de proposta e querem reforma mais ampla

O anúncio feito governo de que enviará sua proposta de Reforma Tributária “fatiada” — por etapa — foi alvo de críticas, nessa quarta-feira, 5, por deputados e senadores de vários partidos, durante a audiência remota com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Os parlamentares pediram que o governo apresente uma ideia global da proposta. Também defenderam medidas mais ousadas. A primeira parte da proposta do governo foi enviada no final de julho. “Não consigo saber o que pensa o governo. São tantas as interrogações sobre o que vem depois que eu acho que se o ministro colocasse todas as cartas nas mesa ajudaria muito”, disse o senador Oriovisito Guimarães (Podemos-PR). A senadora Simone Tebet (MDB-MS) propôs que o governo apresente ao menos a espinha dorsal da reforma e garanta que não haja aumento de impostos. “Entendo a fragmentação e o fatiamento da reforma do governo federal, mas ela não pode vir de tal forma desidratada que aqueles que num primeiro momento se sentem prejudicados começam a reagir, por não saberem como serão compensados futuramente. Nós precisamos da base, da espinha dorsal do governo federal em relação a essa reforma”, disse. Outros senadores defenderam uma reforma ampla. O senador Angelo Coronel (PSD-BA) disse que a proposta é tímida e sugeriu a inclusão de outros temas, como legalização dos jogos de azar e combate à pirataria e ao contrabando. “Estou achando que a reforma está um pouco tímida. E, no quesito de redução de impostos para as pessoas jurídicas e físicas, eu acho que nós temos que aproveitar esse embalo deste Congresso reformista para aprovar, legalizar os jogos, que são mais R\$ 20 bilhões que vão oxigenar a economia; combater a pirataria; e combater o contrabando, o descaminho, porque isso vai gerar outros recursos para a economia” — apontou o senador. A senadora Eliziane Gama e os deputados Afonso Florence (PT-BA) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ) foram outros que defenderam uma reforma mais ousada e progressiva, com foco na taxa de grandes fortunas e na tributação de lucros e dividendos, além de um imposto sobre grandes fortunas. A senadora Kátia Abreu (PP-TO), por sua vez, considera que tributar serviços que não são enquadrados pelo Simples Nacional com um caminho necessário para aumentar a arrecadação sem impactar os mais pobres.

A noite está quase acabando; o dia logo vem. Portanto, deixemos de lado as obras das trevas e vistamo-nos a armadura da luz. Comportemo-nos com decência, como quem age à luz do dia, não em orgias e bebedeiras, não em imoralidade sexual e depravação, não em desavença e inveja. Pelo contrário, revistam-se do Senhor Jesus Cristo, e não fiquem premeditando como satisfazer os desejos da carne. **ROMANOS 13:12-14**

Graduação em Segurança Pública

VENHA SER UM ESPECIALISTA EM SEGURANÇA PÚBLICA

VESTIBULAR AGENDADO on-line

VOCÊ NÃO PRECISA SAIR DE CASA PARA INICIAR O CURSO...

WWW.SVTFACULDADE.COM.BR

SVI FACULDADE
ENSINO SUPERIOR

Coelho Neto: MPE emite Recomendação sobre candidaturas femininas

EM 5 DE AGOSTO DE 2020



Em razão da baixa representatividade feminina nas candidaturas políticas, o Ministério Público Eleitoral emitiu uma Recomendação aos diretórios municipais dos partidos dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. A Recomendação foi encaminhada pela promotora de justiça eleitoral da comarca de Coelho Neto, Elizete Pereira dos Santos.

A Recomendação pede o cumprimento do disposto na Lei n 9.504/97, que incide sobre o preenchimento percentual de 30% a 70% para as candidaturas de ambos os sexos, através da viabilização das candidaturas femininas por meio de recursos financeiros do fundo partidário, devendo ser assegurado também tempo adequado no horário eleitoral de televisão e rádio. As medidas têm o objetivo de impedir o uso de campanhas femininas fictícias apenas para o cumprimento legal, visando, assim, promover o ingresso das mulheres na política com igualdade de concorrência.

A promotora destacou que, na Eleição de 2016, 10 candidatas ao cargo de vereador na cidade de Coelho Neto não obtiveram nenhum voto, e 15 tiveram entre um e 20 votos; em Afonso Cunha, seis concorrentes não conseguiram nenhum voto e sete candidatas alcançaram entre um e 20 votos; no município de Duque Bacelar, cinco mulheres não obtiveram nenhum voto e cinco postulantes atingiram apenas entre um e 20 votos.

No documento enviado aos diretórios, foi ressaltado que, apesar da inserção das mulheres nos diversos setores da sociedade, no campo político-partidário a participação feminina ainda é pequena. A promotora também destacou que mesmo as mulheres constituindo 52% da população brasileira, elas ocupam apenas 15% dos mandatos parlamentares.

“A participação feminina na política ainda é tímida e o aprimoramento da democracia passa pelo aumento da presença feminina no parlamento. Em Coelho Neto, temos 13 vereadores, dos quais apenas duas são mulheres, ou seja, apenas 15,38% do parlamento do município é feminino”, disse a promotora Elizete Pereira.

EMENDA

A Emenda Constitucional n 97/2017 determina a vedação, a partir de 2020, do fim das coligações proporcionais. A Emenda proporcionará uma mudança no ato do registro das candidaturas junto à Justiça Eleitoral, em razão do fim das coligações proporcionais obrigar os partidos, individualmente, a indicar no mínimo 30% das mulheres filiadas para concorrer nas eleições.

Em caso de comprovação de fraude nas candidaturas, será realizado o ajuizamento de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, com a cassação dos diplomas dos candidatos eleitos por meio do ato ilícito.

As informações são do MPMA/ Blog do Luwig

MPMA realizará audiência para discutir retorno de aulas presenciais na rede privada

Postado em: 5 de agosto de 2020 por: Juraci Filho –



As Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís estão articulando a realização de uma audiência virtual, em data ainda a ser definida, para discutir questões relacionadas à retomada das aulas presenciais nas escolas da rede privada da capital, iniciada nessa segunda-feira (3).

Da reunião devem participar, além das Promotorias da Educação, promotores de justiça que atuam nas áreas do Consumidor e Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e Educação, Conselho Estadual de Educação, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão (Sinepe/MA), Associação dos Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa) e o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino da Rede Particular do Estado do Maranhão (Sinterp/MA).

Na última sexta-feira, 31 de julho, a 2ª Promotora de Justiça Especializada na Defesa da Educação recebeu da Aspa um ofício no qual a entidade demonstra “preocupação com a intenção das escolas particulares do Maranhão em iniciar as aulas presenciais”. No documento, a Aspa afirma que decisões estão sendo tomadas de forma unilateral pelas escolas e ressalta que o retorno das aulas presenciais na rede pública foi suspenso mais uma vez.

De acordo com a promotora de justiça Maria Luciane Lisboa Belo, um ofício foi encaminhado ao Sinepe/MA pedindo informações sobre as medidas tomadas pelas escolas no cumprimento do Decreto Estadual nº 35.897/2020 e da Recomendação encaminhada pela Promotoria em 25 de maio. Também foram solicitadas cópias das atas das reuniões realizadas, com a presença de pais e responsáveis, para definir o retorno das aulas presenciais.

Para Luciane Belo, a reunião será um importante espaço de discussão no qual o Ministério Público busca fomentar a adoção de medidas que possam garantir a saúde e segurança de estudantes, profissionais da educação e suas famílias.

RECOMENDAÇÃO

A Recomendação expedida em 25 de maio pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís a representantes de escolas públicas municipais, particulares e comunitárias da capital orienta sobre medidas sanitárias na volta às aulas presenciais.

Entre as principais orientações, está a formação de equipes técnicas habilitadas para elaborar protocolos, definindo os padrões de conduta e organização que devem ser seguidos dentro das instituições de ensino. Também foi sugerida a reavaliação das questões pedagógicas a serem trabalhadas com as crianças, principalmente da educação infantil.

Além da obrigatoriedade do uso de máscara por todos que forem circular nas escolas, os espaços físicos devem ser higienizados com mais frequência, intensificando a limpeza das salas de aula durante a troca de turno e lavagem das caixas d'água/cisternas, bem como o cuidado extra com a água a ser consumida pela comunidade escolar. Na entrada, borrifadores contendo solução higienizante devem estar disponíveis.

As unidades escolares devem ter equipes de limpeza capacitadas, devendo ser disponibilizados a esses profissionais os materiais de uso pessoal para garantirem a sua segurança e saúde, como luvas, máscaras e outros.

O MPMA sugeriu, ainda, a orientação dos educandos quanto à utilização de quatro máscaras em tecido duplo reutilizáveis: uma máscara para uso do trajeto das residências até o portão de acesso à escola; duas durante a permanência dentro da instituição de ensino e uma na saída, para retorno às suas residências.

Atividades que gerem aglomerações, como determinadas brincadeiras, precisam ser evitadas; deve haver um escalonamento nos horários de intervalo, como o recreio, bem como entrada/saída da escola; e, nos refeitórios, é necessária uma marcação onde cada criança pode se sentar reservando um distanciamento seguro entre elas.

BAIXA REPRESENTATIVIDADE – MPE emite Recomendação sobre candidaturas femininas

Publicado em [agosto 5, 2020](#) por [Walkir Marinho](#)

Em razão da baixa representatividade feminina nas candidaturas políticas, o Ministério Público Eleitoral emitiu uma Recomendação aos diretórios municipais dos partidos dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. A Recomendação foi encaminhada pela promotora de justiça eleitoral da comarca de Coelho Neto, Elizete Pereira dos Santos.



A Recomendação pede o cumprimento do disposto na Lei n 9.504/97, que incide sobre o preenchimento percentual de 30% a 70% para as candidaturas de ambos os sexos, através da viabilização das candidaturas femininas por meio de recursos financeiros do fundo partidário, devendo ser assegurado também tempo adequado no horário eleitoral de televisão e rádio. As medidas têm o objetivo de impedir o uso de campanhas femininas fictícias apenas para o cumprimento legal, visando, assim, promover o ingresso das mulheres na política com igualdade de concorrência.

A promotora destacou que, na Eleição de 2016, 10 candidatas ao cargo de vereador na cidade de Coelho Neto não obtiveram nenhum voto, e 15 tiveram entre um e 20 votos; em Afonso Cunha, seis concorrentes não conseguiram nenhum voto e sete candidatas alcançaram entre um e 20 votos; no município de Duque Bacelar, cinco mulheres não obtiveram nenhum voto e cinco postulantes atingiram apenas entre um e 20 votos.

No documento enviado aos diretórios, foi ressaltado que, apesar da inserção das mulheres nos diversos setores da sociedade, no campo político-partidário a participação feminina ainda é pequena. A promotora também destacou que mesmo as mulheres constituindo 52% da população brasileira, elas ocupam apenas 15% dos mandatos parlamentares.

“A participação feminina na política ainda é tímida e o aprimoramento da democracia passa pelo aumento da presença feminina no parlamento. Em Coelho Neto, temos 13 vereadores, dos quais apenas duas são mulheres, ou seja, apenas 15,38% do parlamento do município é feminino”, disse a promotora Elizete Pereira.

EMENDA – A Emenda Constitucional n 97/2017 determina a vedação, a partir de 2020, do fim das coligações proporcionais. A Emenda proporcionará uma mudança no ato do registro das candidaturas junto à Justiça Eleitoral, em razão do fim das coligações proporcionais obrigar os partidos, individualmente, a indicar no mínimo 30% das mulheres filiadas para concorrer nas eleições.

Em caso de comprovação de fraude nas candidaturas, será realizado o ajuizamento de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, com a cassação dos diplomas dos candidatos eleitos por meio do ato ilícito.

TÁ FALTANDO MULHERES como pré-candidatas em COELHO NETO

Por: Acélio Trindade | em: 5 de agosto de 2020 | 0 Comentário

Em razão da baixa representatividade feminina nas candidaturas políticas, o Ministério Público Eleitoral emitiu uma Recomendação aos diretórios municipais dos partidos dos municípios de Coelho Neto, Duque Bacelar e Afonso Cunha. A Recomendação foi encaminhada pela promotora de justiça eleitoral da comarca de Coelho Neto, Elizete Pereira dos Santos.

A Recomendação pede o cumprimento do disposto na Lei n 9.504/97, que incide sobre o preenchimento percentual de 30% a 70% para as candidaturas de ambos os sexos, através da viabilização das candidaturas femininas por meio de recursos financeiros do fundo partidário, devendo ser assegurado também tempo adequado no horário eleitoral de televisão e rádio. As medidas têm o objetivo de impedir o uso de campanhas femininas fictícias apenas para o cumprimento legal, visando, assim, promover o ingresso das mulheres na política com igualdade de concorrência.

A promotora destacou que, na Eleição de 2016, 10 candidatas ao cargo de vereador na cidade de Coelho Neto não obtiveram nenhum voto, e 15 tiveram entre um e 20 votos; em Afonso Cunha, seis concorrentes não conseguiram nenhum voto e sete candidatas alcançaram entre um e 20 votos; no município de Duque Bacelar, cinco mulheres não obtiveram nenhum voto e cinco postulantes atingiram apenas entre um e 20 votos.

No documento enviado aos diretórios, foi ressaltado que, apesar da inserção das mulheres nos diversos setores da sociedade, no campo político-partidário a participação feminina ainda é pequena. A promotora também destacou que mesmo as mulheres constituindo 52% da população brasileira, elas ocupam apenas 15% dos mandatos parlamentares.

“A participação feminina na política ainda é tímida e o aprimoramento da democracia passa pelo aumento da presença feminina no parlamento. Em Coelho Neto, temos 13 vereadores, dos quais apenas duas são mulheres, ou seja, apenas 15,38% do parlamento do município é feminino”, disse a promotora Elizete Pereira.

EMENDA

A Emenda Constitucional n 97/2017 determina a vedação, a partir de 2020, do fim das coligações proporcionais. A Emenda proporcionará uma mudança no ato do registro das candidaturas junto à Justiça Eleitoral, em razão do fim das coligações proporcionais obrigar os partidos, individualmente, a indicar no mínimo 30% das mulheres filiadas para concorrer nas eleições.

Em caso de comprovação de fraude nas candidaturas, será realizado o ajuizamento de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, com a cassação dos diplomas dos candidatos eleitos por meio do ato ilícito.

Redação: Oséas Batista (CCOM-MPMA)



COTIDIANO

PF faz operação contra prefeituras de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte

Agentes cumprem quatro mandados de prisão e 13 mandados de busca e apreensão. Investigação apura suposta fraude em licitação e desvio de recursos para enfrentamento ao novo coronavírus

A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quarta-feira 5, com o PUBLICADO POR  **YURI ALMEIDA** HÁ 20 HORAS a CGU (Controladoria Geral da União), a Operação Falsa Esperança, com a finalidade de desarticular suposta associação criminosa voltada a fraude em licitações e desvio de recursos públicos federais, que seriam usados no enfrentamento do novo coronavírus pelas prefeituras de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte.

De acordo com a PF, durante a investigação, foram verificados indícios de superfaturamento de equipamentos de proteção individuais e de simulação na compra de respiradores pulmonares, que apesar do pagamento antecipado pelas gestão de Fernanda Gonçalo (Bacabeira), Hilton Gonçalo (Santa Rita) e e Miranda do Norte (Eduardo Belfort), nunca foram efetivamente entregues.

A PF diz que todas as aquisições foram realizadas com uma única empresa, J J da Silva & Santos Ltda, a Ecosolar - Comércio, Projetos e Serviços sediada na cidade de Paço do Lumiar, que nunca havia atuado no ramo médico hospitalar.

A investigação revelou que a empresa não tinha nenhum empregado e atuava com a comercialização de acessórios para instalação de aparelhos de ar-condicionado e de energia solar. A Ecosolar possui um total de 69 atividades secundárias, que variavam desde a confecção de vestuário, segurança privada e até produção musical.

Cerca de 50 policiais federais cumprem quatro mandados de prisão temporária e 13 mandados de busca e apreensão, além do sequestro de bens e bloqueio de contas dos investigados. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Federal de São Luís.

Se confirmadas as suspeitas, os investigados responderão pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, fraude em processo licitatório, superfaturamento na venda de bens e associação criminosa.

A Operação foi denominada Falsa Esperança em referência a expectativa criada na população dos municípios de Bacabeira, Santa Rita e Miranda do Norte de que as gestões municipais teriam adquirido de forma lícita equipamentos contra a Covid-19, e que, ao fim, nunca chegaram a ser efetivamente entregues.